

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

**Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

Késsia Daniele de Brito

**DA DOR À FORÇA: um estudo psicanalítico sobre o ingresso e a permanência de  
estudantes negros cotistas na UFMG e seus modos de enfrentamento ao racismo**

Belo Horizonte  
2024

Késsia Daniele de Brito

**DA DOR À FORÇA: um estudo psicanalítico sobre o ingresso e a permanência de estudantes negros cotistas na UFMG e seus modos de enfrentamento ao racismo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção de título de Mestra em Psicologia.

Área de Concentração: Estudos Psicanalíticos

Orientadora: Andréa Marís Campos Guerra

Belo Horizonte  
2024

150	Brito, Késsia Daniele de.
B862d	Da dor à força [manuscrito] : um estudo psicanalítico sobre o ingresso e a permanência de estudantes negros cotistas na UFMG e seus modos de enfrentamento ao racismo / Késsia Daniele de Brito. - 2024.
2024	59 f. Orientadora: Andréa Maris Campos Guerra.  Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.  1. Psicologia – Teses. 2. Racismo - Teses. 3. Relações raciais - Teses. 4. Negros – Educação superior – Teses. 5. Educação – Aspectos sociais – Teses. I. Guerra, Andréa Maris Campos . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE KÉSSIA DANIELE DE BRITO

Realizou-se, no dia 29 de abril de 2024, às 14:00 horas, UFMG, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *DA DOR À FORÇA: um estudo psicanalítico sobre o ingresso e a permanência de estudantes negros cotistas na UFMG e seus modos de enfrentamento ao racismo*, apresentada por KÉSSIA DANIELE DE BRITO, número de registro 2021703619, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Andrea Maris Campos Guerra - Orientador (UFMG), Prof(a). Jacqueline de Oliveira Moreira (PUCMG), Prof(a). Alessandro Pereira dos Santos (NÃO HÁ).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, a presente ata, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Pereira dos Santos, Usuário Externo**, em 31/07/2024, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jacqueline de Oliveira Moreira, Usuário Externo**, em 02/08/2024, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Maris Campos Guerra, Professora do Magistério Superior**, em 24/10/2024, às 07:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3418658** e o código CRC **58AD5F85**.

## RESUMO

Nesta dissertação, buscamos identificar como tem se dado o ingresso e a permanência de alunos negros contemplados pelas cotas raciais, uma vez que no ano de 2024 fazem doze anos da instituição da Lei 12.711, que instaura tais ações afirmativas, pois uma questão que se levanta é: quais soluções coletivas e subjetivas estão sendo encontradas (ou não) por alunos que enfrentam a realidade do racismo à brasileira em seu dia a dia na universidade? O que buscamos sustentar aqui, é que além da instituição de leis que assegurem a presença de pessoas negras nos espaços de poder, alguns movimentos a mais se tornam necessários para que o *modus operandi* do racismo tenha efeitos menos nefastos nas subjetividades dessas pessoas. Para tanto, desenvolvemos dois artigos: No primeiro, abordamos a questão racial no Brasil com ênfase na educação dos afrodescendentes. Mostramos como o racismo, opera no país e como o discurso social desconsidera todo o contexto histórico que imprime vantagens de um grupo sobre outro. Recorremos à psicanálise para buscar conceitos que pudessem esclarecer questões sobre o seio social permeado pelo racismo, e como este fenômeno afeta a constituição do sujeito. No segundo artigo, temos, articulada à teoria, a parte material da pesquisa, com trechos das escrevivências de alguns estudantes negros da UFMG. Nele, discorremos sobre as violentas reverberações da colonização nas formas de conhecimento, em aspectos dos saberes, línguas e culturas, principalmente no que tange à academia científica enquanto um lugar destinado à produção de conhecimento. Nossa tentativa foi a de circunscrever, a partir de uma perspectiva psicanalítica, o modo como o espaço acadêmico e as ações afirmativas afetam estudantes negros, principalmente em relação à saúde mental e o que está implicado na vivência de ocupar a Universidade. Finalizamos este artigo elencando algumas categorias analíticas, transversalizando as experiências, mas sem perder de vista que, apesar das semelhanças em suas vivências, cada sujeito apresenta distintas estratégias de construção e defesa face ao racismo institucional

**Palavras-chave:** racismo à brasileira; cotas raciais; universitários negros; escrevivência.

## ABSTRACT

In this dissertation, we aim to identify how the entry and permanence of black students covered by racial quotas has been going, given that 2024 will be twelve years since the institution of Law 12.711, which established these affirmative actions, because one question that arises is: what collective and subjective solutions are being found (or not) by students who face the reality of Brazilian racism in their daily lives at university? What we are trying to argue here is that, in addition to the institution of laws that ensure the presence of black people in spaces of power, a few more actions are needed so that the *modus operandi* of racism has less damaging effects on the subjectivities of these people. To this end, we have developed two papers: In the first, we address the issue of race in Brazil with an emphasis on the education of people of Afro-descendants. We show how racism operates in the country and how the social discourse disregards the entire historical context that gives advantages to one group over another. We turned to psychoanalysis to look for concepts that could clarify questions about the social environment permeated by racism, and how this phenomenon affects the constitution of the subject. In the second paper, we link the field of research to the theory, with excerpts from the *escrevivências* of some black students at UFMG. In it, we discuss the violent reverberations of colonization in forms of knowledge, in aspects of wisdom, languages and cultures, especially with regard to the scientific academy as a place for the production of knowledge. Our attempt was to circumscribe, from a psychoanalytic perspective, how the academic space and affirmative action affect black students, especially in relation to mental health and what is involved in the experience of occupying the University. We conclude this paper by listing some analytical categories, cross-cutting the experiences, but without losing sight of the fact that, despite the similarities in their experiences, each subject has different strategies for building and defending themselves in the face of institutional racism.

**Keywords:** Brazilian racism; racial quotas; black university students; *escrevivência*.

*Aos meus ancestrais.*

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço à Fonte, aos Orixás e a toda Espiritualidade que me acompanha e me guia.

Agradeço a minha mãe, Solange D. da Silva, por toda dedicação, força e amor que destinou a mim e aos meus irmãos, e que nos permitiu chegar até aqui.

Agradeço ao meu pai, Francisco C. de Brito, pelo dom da vida.

Agradeço aos meus irmãos, Welber Brito e Milena Souza, por serem parte de quem eu sou e por estarem sempre comigo.

Agradeço a todos os meus mestres e mestras que me instruíram e me mostraram os vários caminhos que eu poderia percorrer.

Agradeço em especial, a minha orientadora, Andréa Guerra, por não ter soltado a minha mão e por todo cuidado e paciência que teve com o meu processo na jornada do mestrado, viabilizando essa conclusão.

Agradeço aos meus amigos e amigas por serem meu refúgio e suporte nos momentos difíceis e por serem um respiro nos tempos felizes.

Agradeço ao Jess Ícaro Charles e ao Lucas Alves por terem sido os melhores companheiros que eu poderia ter nesse percurso. Vocês são um presente da vida para mim.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2 DA VIOLÊNCIA DO RACISMO À ASCENSÃO SOCIAL: AS COTAS RACIAIS COMO UMA VIA PARA A EMANCIPAÇÃO DE SUJEITOS NEGROS .....</b>	<b>10</b>
2.1 Introdução.....	10
2.2 A Psicanálise e o racismo .....	14
2.3 A (não) educação do povo preto no Brasil.....	16
2.4 Cotas raciais.....	21
2.5 Do racismo alienante à desidentificação.....	25
2.6 Considerações finais.....	29
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>30</b>
<b>3 CAMINHOS DA PULSÃO NAS AÇÕES AFIRMATIVAS: A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA ALÉM DO RASO DA LETRA.....</b>	<b>33</b>
3.1 Introdução.....	34
3.2 Racismo e universidade .....	34
3.3 Nossa metodologia na prática .....	36
3.4 Fundamentos metodológicos .....	38
3.5 A cena nas (escre)vivências.....	40
3.6 Escrever-se.....	41
3.7 As categorias analíticas .....	45
3.8 Para concluir .....	52
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O meio acadêmico é tido como um lugar de conhecimento, que pode auxiliar nas mudanças sociais ao fomentar uma formação que propicie à sua comunidade um olhar mais crítico para as questões que assolam a nossa sociedade. No entanto, o que se vê, atualmente, são universidades, por vezes, elitistas, marcadas como um espaço de privilégio e poder, que não refletem em sua totalidade a diversidade cultural existente na comunidade em que estão inseridas. Sendo assim, esta dissertação aborda a inserção e a permanência de estudantes que se auto declaram negros e que ingressaram por meio das cotas raciais na vida universitária. Busca-se, aqui, apreender como a Instituição de Ensino Superior (IES) têm lidado com essa nova realidade e, principalmente, como esses alunos vem vivenciando tal experiência.

O início da minha relação com o tema se deu, de certa forma, há vários anos. Começou em 2011, para ser mais exata, quando eu, enquanto mulher negra, nascida e criada no aglomerado do bairro Serra, em Belo Horizonte (MG), ao prestar vestibular pela primeira vez, para o curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), não pude concorrer às vagas para pessoas negras por causa da burocracia existente à época, pois a Lei de cotas ainda não havia sido aprovada. Entretanto, fui aprovada nas duas etapas do vestibular e, aos 28 anos de idade, me tornei a primeira pessoa da minha família a ingressar em uma universidade.

Já no sétimo período do curso de Letras, em 2015, resolvi prestar um novo vestibular, mais para sentir na pele o que meus futuros alunos viveriam ao fazer a prova do Enem. Porém, minha pontuação foi suficiente para ingressar no curso de Psicologia de uma faculdade privada, com bolsa de 100%, agora sim, por meio das cotas raciais. Assim sendo, interrompi a graduação na UFMG e parti para o início de uma nova formação. Afinal, Psicologia sempre foi o curso dos meus sonhos, mas como uma pessoa de classe social baixa só poderia fazê-lo com bolsa e no período noturno, uma vez que tinha que trabalhar para me sustentar. O que não seria possível se eu fizesse tal graduação na Federal, pois ali o curso tem aulas em vários turnos, e a disponibilidade para realizá-lo deve ser praticamente em tempo integral.

Mas, apesar de ter sido beneficiada pelas cotas, eu ainda não tinha uma consciência e o letramento raciais que são tão imprescindíveis para uma pessoa preta nos dias atuais. O meu despertar para essas questões se deu em meados do curso, ao fazer uma disciplina obrigatória com Ênfase em Políticas Públicas, com o Professor Doutor Alessandro Pereira dos Santos, homem preto retinto que abordava em suas aulas temas espinhosos que a maioria dos

professores não costumava abordar, dentre eles a temática racial. Foi a partir das reflexões nas falas desse professor que pude começar a entender quem eu sou no tecido social. Pude perceber, de forma mais objetiva e evidente, como o racismo permeou toda a minha existência e os seus efeitos deletérios na minha formação como sujeito. Meus olhos também se abriram para as consequências do racismo no cotidiano brasileiro, incluindo a carência de pessoas negras nos espaços de poder e privilégio em nosso país, dentre eles, a academia científica.

Por uma feliz escolha da minha parte, eu já havia começado um processo de análise, como é recomendado aos alunos de Psicologia desde o começo do curso, e esse momento tão doloroso e angustiante pôde ser atravessado com um suporte profissional e com uma rede de apoio que se formou em minha vida naquele momento. Vale ressaltar que tal rede era composta, em sua maior parte, por mulheres negras que também faziam o curso e enfrentavam questões muito parecidas com as minhas. E graças a esses profícuos encontros, tanto com o professor quanto com as amigas, também pude constatar o quanto de resistência, força e potencialidade há no povo preto.

Contudo, apesar do meu percurso pessoal, foi preciso atentar para o fato de que nem todos os alunos negros, sobretudo os que ingressam via cotas, possuem os recursos necessários para que a sua entrada e permanência na universidade sejam menos sofridas. Infelizmente, a parcela da sociedade e da academia que se preocupa com tais questões é insuficiente, e muitos movimentos ainda se fazem necessários para que haja maior conscientização e efetivação da inclusão material e simbólica de tais estudantes em uma vida acadêmica na qual sua presença seja legitimada. Sendo assim, após pesquisar sobre a escassez de professoras negras na docência das universidades brasileiras no meu Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Psicologia, ao ingressar no mestrado, minha busca foi a de trabalhar com o público que se assenta em suas cadeiras para estudar, e na maioria das vezes, escutar o que os professores têm a dizer. Afinal, o sistema educacional brasileiro ainda carrega esta marca, a da pouca autonomia dos alunos e a da hierarquização do saber.

Assim, esta dissertação, resultado da pesquisa empreendida, se apresenta no formato de dois artigos. No primeiro, temos um texto teórico no qual abordo a questão racial no Brasil, traçando uma linha do tempo desde o período escravocrata aos dias atuais. Como se sabe, não é possível dizer que a escravidão acabou no país, basta acompanhar as notícias e analisar as configurações de trabalho formal e informal existentes para chegar à conclusão de que outros modos de escravizar seres humanos se mostram em vigor. Porém, na presente pesquisa, consideraremos o pseudo fim, uma vez que ele se encontra documentado, para analisar como se deu a evolução dos acontecimentos que envolvem a parcela negra da sociedade, com

destaque para a educação. Neste artigo, tratamos sobre o surgimento do conceito de raça, suas justificativas e consequências. Mostramos como o racismo à brasileira (Munanga, 2017), opera no país e como o discurso social responsabiliza os próprios negros pelas desigualdades, desconsiderando todo o contexto histórico que imprime vantagens de um grupo sobre outro. (Vaz, 2022) Em seguida, recorreremos à psicanálise para buscar, em sua teoria, conceitos que pudessem nortear um maior esclarecimento não apenas sobre o seio social permeado pelo racismo, mas como este fenômeno afeta a constituição do sujeito. Para tanto, nos apoiamos em seus cânones, Freud e Lacan, mas sobretudo em pesquisadoras negras como Isildinha Baptista e Lélia Gonzalez. Ao final, dissertamos sobre a história da educação da população negra brasileira até a chegada das cotas raciais e a reviravolta que elas causam no campo acadêmico brasileiro.

No segundo artigo, temos, articulada à teoria, a parte material da pesquisa, com trechos das escrituras de alguns estudantes negros participantes das conversações que ocorreram em 2022, na UFMG. Nele, discorreremos sobre as violentas reverberações da colonização nas formas de conhecimento, em aspectos dos saberes, línguas e culturas, principalmente no que tange à academia científica enquanto um lugar destinado à produção de conhecimento. Utilizamos uma metodologia em interseccionalidade – com destaque para as obras de Grada Kilomba, Conceição Evaristo e Jacques Rancière –, tendo como horizonte a premissa de que a escrita é um ato político, no qual os estudantes, ao nomearem suas histórias, contarem sobre suas realidades, expressarem suas marcas e identidades assumem posições de sujeito. Nossa tentativa foi a de circunscrever, a partir de uma perspectiva psicanalítica, o modo como o espaço acadêmico e as ações afirmativas afetam estudantes negros, principalmente em relação à saúde mental e o que está implicado na vivência de ocupar a Universidade. Finalizamos este artigo elencando algumas categorias analíticas, transversalizando as experiências, mas sem perder de vista que, apesar das semelhanças em suas vivências, cada sujeito apresenta distintas estratégias de construção e defesa face ao racismo institucional. Sigamos, então, aos textos.

## 2 DA VIOLÊNCIA DO RACISMO À ASCENSÃO SOCIAL: AS COTAS RACIAIS COMO UMA VIA PARA A EMANCIPAÇÃO DE SUJEITOS NEGROS

### Resumo

Neste artigo abordamos a questão racial no Brasil, traçando uma linha do tempo desde a escravidão aos dias atuais. Mostramos como o racismo à brasileira, opera no país e como o discurso social desconsidera todo o contexto histórico que imprime vantagens de um grupo sobre outro. Recorremos à psicanálise para buscar conceitos que pudessem esclarecer questões sobre o seio social permeado pelo racismo, e como este fenômeno afeta a constituição do sujeito. Ao final, dissertamos sobre a história da educação da população negra brasileira até a chegada das cotas raciais e a reviravolta que elas causam no campo acadêmico brasileiro.

**Palavras-chave:** cotas raciais; sujeito negro; emancipação; psicanálise.

### Abstract

In this paper, we approach the issue of race in Brazil, tracing a timeline from slavery to the present day. We show how Brazilian racism operates in the country and how social discourse disregards the entire historical context that gives advantages to one group over another. We turned to psychoanalysis to find concepts that could clarify questions about the social environment surrounded by racism, and how this phenomenon affects the constitution of the subject. Finally, we discuss the history of the education of the black Brazilian population up until the launch of racial quotas and the upheaval they have caused in the Brazilian academic field.

**Keywords:** racial quotas; black subject; emancipation; psychoanalysis.

### 2.1 Introdução

Iniciamos este artigo falando sobre o conceito de raça que, em um primeiro momento, tem seu significado associado ao estabelecimento de categorizações entre plantas e animais. Contudo, posteriormente, é utilizado também para classificar seres humanos. Desse modo, designava-se que seres humanos com determinado fenótipo eram inferiores a outros com características físicas diferentes. Nesse sentido, o termo raça “está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas (...). Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão.” (Almeida, 2018, p.19) Esse modo de classificação começa a ganhar maiores contornos com o início do tráfico de africanos escravizados, no século XV; e se fortaleceu em meados do século XVII, com apoio da teologia, da filosofia e de uma pretensa ciência. No século XVIII, grandes nomes da filosofia, pensadores iluministas como o britânico David Hume (1748), o

francês Voltaire (1756) e o alemão Immanuel Kant (1764) discorrem sobre a inferioridade do negro em relação ao branco. (Gomes, 2019).

Georg W. Friedrich Hegel, também alemão e talvez o mais citado entre todos os filósofos formadores da ideologia racista no século XIX, afirmava que a África não merecia atenção dos povos ocidentais por ser um continente, na sua visão, sem qualquer contribuição significativa à história do mundo. “A falta de controle distingue o caráter dos negros”, afirmou no livro *A Filosofia da História*, de 1837. “Essa condição incapacita o desenvolvimento e a cultura.” Por essa razão, segundo Hegel, “a única essencial ligação que existiu e permaneceu entre negros e europeus é aquela da escravidão.” (Gomes, 2019, p.75-76)

Atualmente, porém, há um consenso entre geneticistas e antropólogos de que, do ponto de vista da biologia, raças humanas não existem.

O genoma humano é composto de 25 mil genes. As diferenças mais aparentes (cor da pele, textura dos cabelos, formato do nariz) são determinadas por um grupo insignificante de genes. As diferenças entre um negro africano e um branco nórdico compreendem apenas 0,005% do genoma humano. (Santos et al., 2010, p.122).

Entretanto, até o século XIX, a ideologia de raça serviu para justificar a escravização de povos africanos e o colonialismo. De acordo com Silvio Almeida (2018), apesar de terem sido consideradas cientificamente inoperantes, mais tarde, as classificações raciais seriam fundamentais “para definir as hierarquias sociais, a legitimidade na condução do poder estatal e as estratégias econômicas de desenvolvimento.” (p.43)

Para Aníbal Quijano (2005, p.117), “a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de *raça*” é um dos eixos de um processo que engendrou a “constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial.” Assim, o conceito de raça se torna um elemento de colonialidade, na qual diferencia-se conquistadores (os brancos) e conquistados (negros, índios<sup>1</sup>, latinos e mestiços), os primeiros sendo tidos como naturalmente superiores aos segundos, por causa da suposta diferença biológica. O autor aponta que a colonialidade é um elemento constitutivo do padrão de poder que é sustentado ainda hoje. Tal poder é o espaço e uma malha das relações sociais que têm

---

<sup>1</sup> Quijano usa em seu texto o termo “índio”. Contudo, atualmente, o termo “indígena” vem sendo utilizado para designar os sujeitos pertencentes aos povos que já habitavam um território que foi posteriormente colonizado.

articuladas a exploração, a dominação e o conflito em função da disputa pelo controle dos meios de existência social, que são:

1) o trabalho e os seus produtos; 2) dependente do anterior, a ‘natureza’ e os seus recursos de produção; 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjectividade e os seus produtos, materiais e intersubjectivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças. (Quijano, 2009, p.76)

No Brasil, a escravidão teve início no século XVI, por volta de 1535. Durante a sua vigência, tomou cerca de quatro milhões de africanos como mercadorias, negando-lhes direitos e privilégios e explorando-os em nome de objetivos econômicos, políticos, religiosos e sociais. Este sistema desumanizante e cruel durou mais de 350 anos. Teve seu fim oficialmente decretado em solo brasileiro no século XIX, em 13 de maio de 1888, quando pressionada por movimentos antiescravagistas, a então Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, que abolia a escravidão no país (Gomes, 2019). Não obstante, tal imposição jurídica pouco afetou a vida dos negros brasileiros. Afinal, a proferida abolição da escravatura proporcionou aos libertos apenas uma liberdade teórica.

Não houve nenhuma segurança econômica e/ou a imposição de uma assistência obrigatória por parte do Estado, da Igreja ou de qualquer instituição que os preparasse para a nova organização social e de trabalho. Tal fato lhes deixou sem quaisquer meios materiais e morais para subsistir nos quadros de uma economia competitiva (Fernandes, 2008). Desse modo, restou a esta parcela da população a transferência das senzalas para os cortiços nas áreas urbanas; e, para os seus descendentes, as favelas, invasões, conjuntos habitacionais e até mesmo as ruas. Tudo isto, em concomitância a outras questões políticas, influenciou a não integração dos negros a espaços que poderiam lhes garantir maior acesso a recursos econômicos e ascensão na sociedade, incluindo a educação formal.

Ao analisar os dados estatísticos do Brasil nos dias atuais, é possível perceber as consequências deste abandono e descaso do Estado e da sociedade em relação à população afrodescendente. As desigualdades sociais resultantes do período escravagista e do pós-abolição são refletidas em números como os que indicam que pretos e pardos são 78% dos 10% mais pobres no país (Gomes, 2019); homens negros têm 2,7 vezes mais chances de serem vítimas de homicídio do que brancos, sendo, em 2017, 75,5% das vítimas de assassinato. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 61,1% das vítimas de feminicídio, em 2022, eram negras. (Bueno, 2024) Os dados revelam como o racismo permeia e baliza as

relações na sociedade brasileira. Isto porque, como aponta Silvio Almeida (2018), o racismo é estrutural; é um fenômeno ideológico constituído por narrativas hegemônicas e possui a capacidade de representar grupos sociais em detrimento de outros.

No que diz respeito à população de ascendência africana, para a psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza (1983/2021), tais ideologias são difundidas por meio do “mito negro”, que impõe figuras representativas negativas aos afrodescendentes como o feio, o irracional, o ruim, o sujo etc.; ou representações que são tidas como positivas, mas apenas camuflam a crença de que o negro é um ser inferior, animalizado, como a da sua sensibilidade excessiva e seu potente desempenho sexual. Segundo Almeida (2018), apesar de não ser um reflexo integral da realidade, todo este imaginário racista é reforçado pela indústria cultural, pelos meios de comunicação e pelo sistema educacional, que promovem o racismo a níveis individual, institucional e estrutural. Sendo assim, “o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um *processo de constituição de subjetividades*, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais.” (p.49, grifo do autor). Ou seja, o racismo só consegue ser perpetuado porque a desigualdade racial foi racionalizada e naturalizada. O que permite com que os sujeitos não se abalem diante da discriminação e da violência racial que ainda assola as vivências dos negros brasileiros.

Para Munanga (2017), o racismo à brasileira constitui-se em um crime perfeito, pois é sutil, difuso, camuflado, evasivo, silencioso em suas expressões e manifestações, contudo, eficiente em seus objetivos. Isto se dá, em grande parte porque, neste país, o mito da democracia racial foi, e ainda é amplamente difundido. Este conceito invoca uma homogeneidade e unidade entre brancos e não brancos, bem como uma igualdade de oportunidades. Contudo, na prática, exerce uma função importante de controle social, e oculta a existência de distinções raciais e sociais. Tal mito tem em suas bases a miscigenação, como se esta fosse um indicativo da tolerância racial, mas aqueles que apoiam esta teoria “parecem ter confundido a mistura racial no plano biológico com as interações raciais no sentido sociológico. Supondo que a primeira ocorreu sem conflito (o que é empiricamente falsificável)<sup>2</sup>, sugerem que as últimas também

---

<sup>2</sup> Em setembro de 2020, foram divulgados alguns resultados de um estudo que sequenciou o genoma de mais de 1.200 brasileiros de diferentes estados. A pesquisa visa melhorias médicas para a população, com, por exemplo, diagnósticos mais precisos e indicação de medicamentos mais adequados. Entretanto, o mapeamento da genética brasileira revelou dados que indicam como se deu a formação desta sociedade. Comprovou-se que a miscigenação foi totalmente assimétrica, envolvendo uma maior participação de homens europeus e mulheres africanas e indígenas. De acordo com os pesquisadores, as análises realizadas até o momento mostram que o DNA mitocondrial, que é herdado da mãe, apresenta uma predominância de populações africanas (36%), e indígenas (34%). Por sua vez, o cromossomo Y, herança exclusivamente masculina, tem uma participação 75% europeia. (Alves, 2020). Como diz o dito popular, “para o bom entendedor, meia palavra basta”. Assim, para aqueles que têm um relativo

existiriam sem conflito” (Hasenbalg, 1996, s/p). Assim sendo, o que se consolida com essa ideologia é um projeto sócio-político, ainda que encoberto, para reafirmar o “não-lugar”<sup>3</sup> do preto em nossa sociedade. O que inviabiliza uma discussão mais profunda sobre as relações raciais no país, e dificulta a implementação de políticas públicas específicas dirigidas ao grupo racial discriminado.

Afinal, no discurso popular do brasileiro, “somos todos iguais”, provando o quanto o debate racial ainda não é suficientemente contemplado no país. Portanto, para grande parte da população, se não se fala sobre isso é porque o problema não existe. Assim, se o racismo não existe estruturalmente, o que está em jogo nas desigualdades sociais é uma suposta falta de esforços e capacidade por parte do negro, as quais o impediria de ascender socialmente. Ou seja, o discurso da meritocracia. Entretanto, colocar exclusivamente sobre o indivíduo — e ao grupo racial ao qual ele pertence — “a responsabilidade pelas posições sociais que ocupa acaba por desconsiderar todo o contexto histórico de vantagens, de um lado e, opressões, do outro, justificando, com isso, a omissão estatal em matéria de redistribuição (de renda) e reparação por justiça social.” (Vaz, 2022, p.73)

## 2.2 A Psicanálise e o racismo

No tocante à Psicanálise, Freud (1921/2021) nos alerta para o fato da psicologia individual ser também psicologia social. Desse modo, não é plausível conceber o racismo como um predicado ocasional, um ato de indivíduos e/ou um desvio de comportamento. Assim como também não é mais aceitável incluir o racismo fora do interesse e da escuta psicanalítica, uma vez que todo o seu repertório teórico, como complexo de Édipo, identificação, significante, supereu etc., é constituído a partir das relações sociais e coletivas.

Jacques Lacan não se furtou ao tema do racismo e, ainda que o autor não tenha abordado o assunto de forma mais detida, é possível articular diversos pontos de sua teoria com o modo de operar do racismo, tanto nas subjetividades quanto no (não) laço social. Um exemplo disso

---

conhecimento da história, essas informações servem como comprovação das violências sexuais sofridas pelas mulheres não-brancas.

<sup>3</sup> Este “não-lugar” é definido como “[...] o espaço do anonimato, que é impessoal, sem qualquer traço de identidade ou de valorização; uma forma eficaz de silenciar e apagar um segmento da população da história e da cultura de um país. É importante destacar que tal exclusão acontece principalmente no nível simbólico, isto é, o “*não-lugar*” não corresponde apenas a um espaço físico, trata-se, também, de uma exclusão que opera no nível da subjetividade dos sujeitos. (Bonilha; Soligo, 2015, p. 32).

está em uma opinião sua proferida no *Seminário 18: de um discurso que não fosse semblante* (1971/2009) ao retomar Freud em *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921), quando este aborda a identificação. Lacan (1971/2009) aponta como a identificação está atrelada ao nazismo, pois neste discurso se dirige ao Outro como um Tu. Assim, o autor pontua que

Em todo discurso que recorre ao Tu, alguma coisa incita a uma identificação camuflada, secreta, que só pode ser a identificação com um objeto enigmático que pode não ser absolutamente nada, o pequeníssimo mais-de-gozar de Hitler, que talvez não passasse de seu bigode. Foi o quanto bastou para cristalizar pessoas que não tinham nada de místico, que eram o que há de mais engajado no processo do discurso do capitalista, com o que isso comporta de questionamento do mais-de-gozar sob sua forma de mais-valia. A questão era saber se, num certo nível, as pessoas ainda teriam seu pedacinho, e foi isso mesmo que bastou para provocar esse efeito de identificação. (Lacan, 1971/2009, p.28)

Segundo o psicanalista, “uma raça se constitui pelo modo como se transmite, na ordem de um discurso, os lugares simbólicos, aqueles com que se perpetua a raça dos mestres/senhores e igualmente dos escravos (...).” (Lacan, 1972/2003, p.462) Sendo o discurso importante para definir o inconsciente (Lacan, 1971/2009), então a raça, como nos lembra Miller (2016), é um efeito de discurso, discurso que está aí como estrutura. Ou seja, no caso do racismo, é uma estrutura que define as relações sociais, tendo por base a dominação.

Isildinha Baptista Nogueira, mulher negra, psicóloga e psicanalista, empreende em sua tese de doutorado, intitulada *Significações do corpo negro*, um estudo que busca desvelar a face oculta dos impactos do racismo na subjetividade de pessoas negras. De acordo com a autora, “(...) o negro pode ser consciente de sua condição, das implicações histórico-políticas do racismo, mas isso não impede que ele seja afetado pelas marcas que a realidade sociocultural do racismo deixou inscritas em sua psique.” (Nogueira, 1998, p.16) Seu texto trata sobre os efeitos dessas marcas, e como elas afetam a própria constituição do sujeito negro. Como relatado acima, o racismo à brasileira tem as suas especificidades, e para a psicanalista uma delas é evidenciar o lugar do negro na sociedade, lugar que deve ser ponderado a partir do que a escravização o tornou, ou seja, em coisa.

O racismo é uma violência e gera um trauma que, na maioria das vezes, não é simbolizado. A psicologia, de forma geral, e a psicanálise, em especial, na maioria dos estudos e discussões que apreendem, participam de uma negação no social do quanto as relações étnico-raciais podem ser nocivas aos sujeitos. A depressão, por exemplo, é um dos efeitos que mais recaem sobre a saúde mental da população negra que experencia a discriminação racial (Damasceno; Zanello, 2018). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), esta

psicopatologia lidera o ranking de doenças mentais que causam a morte de pessoas em todo o mundo. Contudo, estudos recentes apontam que a população afrodescendente está mais suscetível a este e a outros tipos de sofrimentos psíquicos, como ansiedade e abuso de álcool e de outras drogas. O que é verificável na cartilha *Óbitos por Suicídio entre Adolescentes e Jovens Negros* divulgada pelo Ministério da Saúde, em 2018. Os dados revelam que a cada dez suicídios entre pessoas de 10 a 29 anos, seis ocorreram com negros, sendo que estes têm 45% mais chances de cometer o autoextermínio do que brancos. Entre os determinantes desse quadro, encontram-se o sentimento de não pertencimento, a invisibilidade e a exclusão social, bem como a não aceitação de si.

Por estar inserida neste meio social, a universidade não escapa a esta realidade. Sabe-se que a academia pode ser um lugar hostil, que não só consente como, por vezes, incentiva a competição e o dissenso entre seus membros, sejam alunos ou professores. Tal ambiente é capaz de gerar diversas doenças nestes sujeitos. Não por acaso, há um grande número de estudos realizados visando a identificação e explicitação de psicopatologias que acometem docentes e discentes universitários. (Silva, 2015; Tundis e Monteiro, 2018; Ariño e Bardagi, 2018; Fernandez, *et al.*, 2021)

Destacamos aqui a vivência de alunos negros nas universidades, uma vez que estes estudantes, geralmente, vêm de uma situação de vulnerabilidade social, e portanto, encontram maiores desafios em sua entrada e permanência nas graduações. Assim, para entender melhor esta situação, explanaremos, no próximo tópico, sobre a educação dos afrodescendentes na história do Brasil.

### 2.3 A (não) educação do povo preto no Brasil

Não é nenhuma novidade que, no Brasil, existe uma divisão racial do trabalho, na qual os brancos são, consciente ou inconscientemente, beneficiados quanto às recompensas materiais e simbólicas. Haja vista as colocações melhor remuneradas no mercado de trabalho, como médicos, engenheiros, advogados etc., as quais são ocupadas majoritariamente por brancos que, não raro têm pais e/ou avós que ocupam/ocuparam os mesmos cargos. A herança se cristaliza e não é, necessariamente, por merecimento e muito menos por coincidência. E como já pontuava Lélia Gonzalez (2020), também não é por coincidência que negros fazem parte de uma “massa marginal crescente”, encabeçando os índices de violências contra seus corpos e não tendo acessos igualitários à moradia, à saúde e à educação. (Vaz, 2022)

Beatriz Nascimento (2021), em seu texto *Nossa democracia racial*, publicado em 1977, ao falar sobre o quanto a situação social dos brancos imigrantes é melhor do que a dos negros no pós-abolição, deixa implícito que a causa dessa diferença é o racismo. Além disso, a autora aponta que o despreparo da população negra para enfrentar os problemas que advém das práticas de discriminação tem suas raízes “principalmente na falta de oportunidades no terreno da educação (...)” (p.66). Nessa mesma tônica, retomamos Lélia Gonzales (2020), que nos chama à atenção para *A juventude negra brasileira e a questão do desemprego*, em um texto de 1979, que demonstra nitidamente como, na luta pela sobrevivência, aos jovens negros brasileiros, restam poucas saídas e dentre elas estão o desemprego e os subempregos. A autora ainda pontua que

(...) aqueles que tiveram a oportunidade de ir à escola e ultrapassar o segundo ano fundamental, sentem mais claramente o que significa ser negro no Brasil. Porque tomam consciência do mito da democracia racial, do logro que significa o artigo da Constituição que afirma que “todos os brasileiros são iguais perante a lei”. Porque sabem que, mesmo com igual e até melhor capacitação que os brancos, serão preteridos. Qual então a saída que se lhes apresenta? Se conscientes e assumidos, partem para a denúncia de tais arbitrariedades; se não, aceitam a situação tal como está e, aos poucos, para “subir na vida”, começam a pagar o seu preço, o do embranquecimento. (Gonzales, 2020, p.41)

Ainda que tenham sido feitas na década de 1970, as pontuações das autoras citadas acima continuam atuais e se justificam mediante pesquisas que abordam a escolaridade da população brasileira, principalmente as que colocam em seu quadro de perguntas o quesito cor/raça dos respondentes, o que no caso dos censos demográficos brasileiros só foi ocorrer de modo mais enfático e sistemático a partir de 1980, e aplicado à toda população apenas no censo de 2010. Isso graças à pressão dos movimentos negros e pesquisadores da área de ciências sociais (Anjos, 2013), pois até o censo do ano 2000, as perguntas sobre cor/raça eram feitas somente para uma parte dos respondentes (IBGE, 2012).

As demandas por tal dado populacional ganham notoriedade quando se sabe que ele subsidia a criação e a manutenção de políticas públicas como as cotas raciais. No Brasil, por muito tempo, negou-se ao negro a alfabetização e à escolarização, gerando, desse modo,

uma espécie de concentração do conhecimento formal. Assim, os altos níveis de escolaridade se mantêm ao longo dos séculos como acúmulo de privilégios hereditariamente transmitidos no interior do mesmo grupo étnico-racial, em detrimento da estagnação imposta aos grupos raciais vulnerabilizados, notadamente a população negra. (Vaz, 2022, p.30)

A História a que se tem acesso dá conta das restrições e proibições que pessoas negras escravizadas ou livres enfrentaram para acessar a educação institucionalizada. Apesar da primeira constituição brasileira, a Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, ter explicitado em seu texto a igualdade para todos e a gratuidade da educação primária aos cidadãos, o texto nem sequer mencionava as palavras escravo ou escravidão. Pelo contrário, na prática, havia uma proibição de que negros e leprosos frequentassem as escolas. Com o estabelecimento do Ato Adicional à Constituição Imperial, em 12 de agosto de 1834, inicia-se um processo de descentralização do poder, no qual a partir da instituição das Assembleias Provinciais, a criação e a organização das escolas ficam a cargo de leis e regulamentos locais. Entretanto, províncias como as de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, dentre outras deixam nítido a não aceitação da matrícula de escravizados em suas instituições escolares. (Vaz, 2022)

É apenas na década de 1870, que esse quadro começa a ganhar contornos diferentes com a criação de escolas noturnas para trabalhadores e instituições destinadas ao ensino de ofícios e instrução formal que permitiam a presença de negros e escravizados. Participam desse início de mudança, não estabelecendo proibições em suas leis, províncias como as do Paraná, Mato Grosso, São Paulo e Maranhão. Contudo, esse avanço é incipiente e sofre retrocessos com o retorno à proibição; por exemplo, a província de Mato Grosso, que, em 1873, não restringia a entrada de negros em suas escolas, em 1878, volta a proibir a matrícula de escravos por meio do Regulamento da Instrução Pública. Já na década de 1880, cujo fim é marcado pela abolição formal da escravatura, o impedimento de que negros fossem matriculados nas escolas permanece. Ainda com a Proclamação da República, a Constituição de 1891 não se importou com a expansão do direito à educação, o que mantém a população negra em uma situação marginalizante e excluída de direitos. (Vaz, 2022)

Todavia, a falta de educação formal não impediu que, nas senzalas e quilombos, os negros aprendessem a ler e a escrever. Afinal, a história não contada pelo colonizador nos dá notícias de que muitos africanos escravizados trouxeram consigo um legado cultural, científico, artístico e civilizacional. Dessa feita, vários deles usaram seus conhecimentos e intelecto a favor de revoltas e ações que confrontavam o sistema. Como exemplo desse fato, temos a Revolta dos Malês (1835), a Balaiada (1838 a 1841), a criação de uma escola de primeiras letras para negros aquilombados por Negro Cosme, além de Esperança Garcia e Luiz Gama que lutaram judicialmente pela libertação de pessoas escravizadas. Com isto, pode-se perceber que, nas reivindicações do povo negro brasileiro, a educação sempre foi pauta.

Ainda no regime escravocrata no Brasil, existiram irmandades católicas formadas por africanos e seus descendentes. Estas buscavam, além das práticas religiosas, realizar atividades recreativas e de assistência social, incluindo a educação e ações que afirmavam a identidade africana e afrodiaspórica, como a troca, entre seus membros, de valores e saberes. No pós-abolição, há uma considerável expansão das associações negras, estas voltadas a satisfazerem as demandas culturais, sociais, religiosas, econômicas e educacionais dessa parcela da população. (Vaz, 2022)

Uma dessas agremiações foi o Centro Cívico Palmares (1926-1929), o qual desenvolveu uma significativa iniciativa na área da educação, criando uma escola com considerável estrutura pedagógica e tornando-se a origem da Frente Negra Brasileira (FNB). Esta seria a mais importante associação na busca por melhorias para a população de ascendência africana. A FNB foi criada na cidade de São Paulo, funcionou de 1931 a 1937, e teve mais de sessenta delegações espalhadas pelo Brasil, somando milhares de associados. Tal coligação levantou fortemente a bandeira da educação, pois acreditava que por meio da instrução formal os negros poderiam se emancipar, ascendendo moral e materialmente, sendo respeitados, valorizados e reconhecidos pela sociedade. Por isso, várias de suas filiais inauguraram cursos de alfabetização e primário para jovens e adultos, bem como cursos profissionalizantes, chegando a fornecer material escolar e uniforme, haja vista que a maioria de seus alunos eram carentes. (Domingues, 2008)

A FNB cresceu tanto que chegou a se registrar como um partido político, porém, um revés a obrigou a fechar as portas. Por meio de um golpe de Estado, ocorrido em 1937, no qual Getúlio Vargas determinou o fechamento do Congresso Nacional e instaurou uma nova Constituição, baseada nas constituições fascistas da Itália e da Polônia, suprimindo direitos civis, diversas liberdades individuais e abolindo todos os partidos políticos. Tudo isso baseado em um documento falso, o chamado Plano Cohen, que forjava um complô comunista. (Domingues, 2008)

Na década de 1970, mais precisamente em 1978, houve a fundação do Movimento Negro Unificado, também em São Paulo. Este evento marca a fase contemporânea dos movimentos negros brasileiros, que obtiveram relevantes conquistas, “como a criminalização do racismo e o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos, na Constituição de 1988, além da concretização de ações afirmativas paradigmáticas, como a aprovação da Lei nº 10.639/2003<sup>4</sup> e a implementação das próprias cotas raciais.” (Vaz, 2022, p. 59)

---

<sup>4</sup> “Responsável por alterar a Lei de Diretrizes e Bases, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.” (Vaz, 2022, p.59)

Entretanto, ainda que possamos notar os avanços em relação à educação formal da população negra brasileira, alguns dados de pesquisas mais recentes mostram que ainda estamos longe de alcançar a igualdade social nesse campo. Dentre esses dados, destacamos a taxa de analfabetismo que entre negros de 15 anos de idade ou mais é de 9,1%, enquanto entre os brancos é de 3,9%; e quando falamos dos grupos de pessoas acima de 60 anos, o percentual de brancos que não sabem ler ou escrever é de 9,5% e entre os negros o número sobe para 27,1%, ou seja, quase três vezes maior. (IBGE, 2019) Quanto ao nível de instrução, o censo de 2010 apontou que 73% das pessoas que completou o ensino superior eram brancas e menos de 25% eram negras. (IBGE, 2012) Lembremos que estes dados são anteriores a instituição da lei de cotas.

Não podemos deixar de notar que os reflexos das iniquidades raciais e da opressão de gênero se mostram evidentes ao analisarmos os dados do mercado de trabalho. Ainda segundo o censo de 2010, a taxa de desemprego entre homens brancos era de 4,4%, e de 6,4% para os homens negros; mulheres brancas eram 7,9% desse contingente, e mulheres negras 12,2%. No quesito ‘trabalhadores sem carteira assinada’, temos o percentual de 41,7% de brancos e 56,8% de negros; os brancos eram 37,2% dos não remunerados, enquanto 60,1% eram negros; entre os trabalhadores domésticos os brancos somaram 38,4%, e os negros 60,4%. Em contrapartida, em relação aos empregadores, brancos tinham um percentual de 76%, enquanto negros eram 21,6%. (IBGE, 2012; Vaz, 2022) Neste ponto, também vale ressaltar que, em 2018, a força de trabalho no país estava dividida entre 57,7 milhões de pessoas negras, e 46,1 dos indivíduos brancos.

Já entre a população desocupada e a subutilizada, negros representavam 64,2% e 66,1%, respectivamente. (IBGE, 2019) Por fim, nos últimos anos (com agravamento na pandemia de COVID-19), houve um crescimento no número de pessoas em trabalhos informais. O discurso do empreendedorismo, que vende estabilidade financeira, bem como um aumento nas aquisições materiais, que tem como base a persistência e a força de vontade dos sujeitos, mascarando a isenção e o descaso do Estado com os mais pobres, possibilitou que a porcentagem de pessoas em ocupações informais chegasse a 47,3% de negros, contra 34,6% de brancos. (IBGE, 2019)

As evidências das mazelas sofridas por negros remanescentes do período escravocrata não cessam por aqui, elas estão nos dados estatísticos das pesquisas, mas também podem ser vistas a olho nu em uma caminhada mais atenta pela cidade. Estão na quase ausência de negros em cargos de liderança das empresas e no grande número dessa parcela da população em cargos subalternizados; estão na quantidade de negros que são moradores de ruas, dos que estão nos presídios, dos pacientes de hospitais psiquiátricos e usuários do SUS; está na diferença racial

entre clientes de restaurantes sofisticados e dos populares, além dos frequentadores de instituições que promovem a cultura como museus e teatros, isto para citar apenas alguns exemplos.

Porém, ainda que não seja difícil verificar os efeitos devastadores que o racismo exerce na sociedade brasileira, sendo ele fator determinante nas inúmeras desigualdades e violências, apenas este reconhecimento não basta para que a “macroestrutura social racista” caia em desuso, como uma roupa que não nos serve mais. Algo mais é necessário. E o que poderia ser este “algo mais” em um país tão grande geográfica e demograficamente falando? Graças aos africanos escravizados e seus descendentes, que nunca cessaram de lutar por sua emancipação, bem como as pessoas brancas que se uniram a eles na defesa por essa causa, está sendo possível encontrar algumas soluções, ainda que sejam limitadas e insuficientes. Uma delas é a chamada lei de cotas. E é sobre este tema que falaremos no tópico a seguir.

#### 2.4 Cotas raciais

Iniciamos este tópico com uma citação de Lévi-Strauss (1973) que nos parece pertinente para abordar o tema das políticas públicas. O autor nos diz o seguinte em seu texto *Raça e História*: “A tolerância não é uma posição contemplativa dispensando indulgências ao que foi e ao que é. É uma atitude dinâmica, que consiste em prever, em compreender e em promover o que quer ser.” (p.269) Sendo assim, quando falamos de ações afirmativas, principalmente as antirracistas, no Brasil e em países colonizados, estamos dizendo de uma reparação que vai além do simples reconhecimento verbal de que a história foi injusta com um determinado grupo, e que as opressões geradas deixaram suas estacas fincadas no seio da sociedade. Tais ações, estipuladas e asseguradas por leis, consolidam o compromisso de um Estado que prega o princípio constitucional de igualdade na busca pela justiça social. Afinal, como em uma competição, a igualdade está presente quando todos têm as mesmas oportunidades e saem do mesmo ponto de partida.

O termo “ação afirmativa” surge nos Estados Unidos, no ano de 1935, a fim de evitar a discriminação no meio trabalhista. Algumas décadas depois, nos anos de 1960, o termo volta a ser usado, mas dessa vez no contexto das relações raciais. Havia diversas reivindicações democráticas internas feitas pelo movimento por direitos civis. Assim, as exigências eram no sentido de que, além da eliminação das leis segregacionistas, o Estado assumisse um posicionamento mais ativo em prol de melhores condições de vida da população negra daquele país. Porém, os Estados Unidos não foram os únicos a adotar as ações afirmativas. Países como

Índia, Canadá, África do Sul, Malásia, Cuba, Colômbia, Argentina, dentre outros, também adotaram essas medidas. (Vaz, 2022; Moehlecke, 2002)

No Brasil, ao contrário do que muitos propagam, as ações afirmativas não tiveram início recentemente. Em 1931, por exemplo, o Decreto nº 20.291 regulamentou o que ficou conhecido como Lei da Nacionalização do Trabalho, a qual previa que 2/3 das vagas de empresas multinacionais instaladas no país fossem ocupadas por trabalhadores brasileiros. Outros exemplos estão na Lei nº 8.112, de 1990, que reserva 20% das vagas de concursos públicos federais para pessoas com deficiência física, e a Lei nº 9.504, de 1997, que destina para mulheres 30% das candidaturas em cada partido político ou coligação. Todavia, nenhuma dessas leis abordava a questão racial, e é bem provável que por esta razão não encontraram grandes obstáculos em sua execução. O que não foi o caso de projetos de lei que deixavam explícito em seus textos proposições que visavam o combate ao racismo, como o de Abdias Nascimento, que em 1983, na condição de deputado federal propôs o Projeto de Lei nº 1.332. Tal projeto tinha entre suas propostas melhorias para negros em setores como oportunidades de trabalho, remuneração, educação, tratamento policial etc. Contudo, até o ano de 1989 o projeto não havia sido votado no plenário e acabou por ser arquivado. (Vaz, 2022)

Outro projeto a encontrar muita resistência para que, enfim, pudesse ser aprovado é o Projeto de Lei nº 3.198, proposto pelo deputado federal Paulo Paim, em 2000. Este institui o Estatuto da Igualdade Racial, apresentando um dos textos mais avançados no tocante à promoção de igualdade racial no Brasil, e resgatando diversas proposições do projeto de Abdias Nascimento. O Estatuto foi aprovado após tramitar no Congresso Nacional por dez anos. Entretanto, a versão final da Lei gerou várias críticas, pois a aprovação só ocorreu depois de serem negociadas diversas concessões, “o que teria ocasionado a retirada de dispositivos relevantes para a efetiva redução das desigualdades raciais no Brasil, notadamente a instituição de cotas raciais.” (Vaz, 2022, p.93)

Uma factual mudança no quadro do combate ao racismo começa a ganhar contornos mais evidentes na *III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, realizada na cidade sul-africana de Durban, entre os dias 30 de agosto e 07 de setembro de 2001. É quando o Governo Brasileiro admite internacionalmente, pela primeira vez, a existência das desigualdades raciais no país, se comprometendo com o seu enfrentamento. Assim, a discussão sobre a questão racial, no Brasil, se torna mais ampla, franca e profunda, ganhando mais espaço na agenda política e inaugurando uma concepção mais concreta das ações afirmativas como verdadeiro instrumento de mitigação das desigualdades raciais brasileiras. (Vieira Júnior, 2007; Vaz, 2022)

Dessa forma, voltamos, então, a falar das cotas raciais, que

(...) são uma espécie do gênero ações afirmativas. Estas, por sua vez, são políticas dirigidas à correção de desigualdades estruturais, por meio de medidas tendentes a promover a igualdade de oportunidades para membros de grupos sociais vulnerabilizados. Para esse fim, são consideradas características essenciais e geralmente imutáveis dos indivíduos como raça, etnia, origem, gênero, idade, deficiência (de natureza física, mental, intelectual ou sensorial), dentre outros. Nesse sentido, as ações afirmativas são expressão da – e não exceção à – equidade e, portanto, mecanismos essenciais à construção da justiça. (Vaz, 2022, p. 22 e 23)

Ainda sobre a conceituação das cotas, podemos dizer que “(...) por estabelecerem *tratamento diferenciado* na atribuição de bens escassos – e, por conseguinte, fortemente disputados, como candidaturas a listas eleitorais, postos de trabalho e vagas em universidades –, as cotas raciais costumam ser classificadas como medidas de *discriminação positiva*.” (Vaz, 2022, p.79; grifos da autora) Assim sendo, um dos efeitos de tal medida é conceder aos indivíduos pertencentes a grupos vulnerabilizados, ou seja, em uma situação de desvantagem, uma oportunidade para que possam alcançar os postos almejados uma vez que, se não fossem contemplados pela medida, dificilmente alcançariam. Contudo, o principal objetivo das cotas raciais está relacionado com a “*inclusão social* de grupos étnico-raciais marginalizados” (p.80), visando diminuir os efeitos negativos de discriminações decorrentes de um passado de injustiças. Outras finalidades das ações afirmativas são:

- a. o fomento da convivência com a diversidade;
- b. a mobilidade social, por possibilitar a ascensão social de pessoas dos grupos raciais subalternizados, tornando a comunidade mais igualitária (...)
- c. o favorecimento do desenvolvimento econômico, já que muitos países têm sua população formada por maioria ou significativa parcela de indivíduos pertencentes a tais grupos, como é o caso do contingente negro no Brasil;
- d. o estímulo a outros eventuais destinatários da política pública, por meio de “exemplos vivos de mobilidade social ascendente”;
- e. a desconstrução de estereótipos negativos, que perpetuam o estigma de inferioridade dos membros de tais grupos vulnerabilizados;
- f. o aproveitamento de talentos desperdiçados e apagados pelo racismo e outras formas de opressão que com ele se interseccionam. (Vaz, 2022, p.80 e 81)

No Brasil, a implementação das cotas raciais nas universidades se deu, em grande parte, por causa da luta emancipatória do movimento negro, da comunidade negra em geral, e também de outros agentes como profissionais e intelectuais antirracistas que sempre pressionaram o

poder público por melhorias nas condições de existência dos afrodescendentes. Assim, algumas universidades inseriram as cotas em seus editais antes mesmo do estabelecimento da Lei. A primeira a realizar tal ação foi a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 2002, quando estipulou que 40% das vagas de seus cursos de graduação e pós-graduação deveriam ser destinadas a estudantes negros. Em 2003, foi a vez da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) adotar o sistema de cotas. Dentre as universidades federais, a primeira a implementar as cotas foi a Universidade de Brasília, em 2004, reservando 20% de suas vagas para os afrodescendentes. Outras Instituições de Ensino Superior, gradativamente, foram adotando a política afirmativa, seguindo seus próprios critérios, ora com medidas sociais, ora raciais, ou com ambas. (Vaz, 2022)

Com a adoção do sistema de cotas, o debate público sobre o tema se ampliou e ficou mais intenso, chegando ao âmbito judicial quando surge o questionamento da sua constitucionalidade. Os pareceres judiciais foram favoráveis às cotas e, com isso, abriu-se o caminho para a instituição da Lei 12.711, de 2012, que estipula a reserva de 50% das vagas dos cursos de graduação das universidades públicas para estudantes egressos de escolas públicas. Apesar de não fazer reservas de vagas exclusivamente raciais, a Lei deixa explícito em seu artigo 3º que, dentro das vagas destinadas aos egressos de escolas públicas e estudantes oriundos de famílias com renda de até 1,5 salário-mínimo, os autodeclarados pretos, pardos e indígenas (e pessoas com deficiência) devem preencher a reserva em conformidade com a proporção destes na unidade da Federação onde se encontra a instituição.

Com a implementação das cotas raciais, houve um aumento do ingresso de pessoas negras nas Instituições de Ensino Superior brasileiras. Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), intitulada *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil* (2019), revela que, em 2018, pela primeira vez, a porcentagem de estudantes pretos e pardos (50,3%) ultrapassou a de brancos (49,7%) nas universidades federais. No entanto, existe uma diferença entre adentrar neste espaço, permanecer nele e sair com uma formação. Apesar do crescimento no número de estudantes negros, a comunidade afrodescendente continua sub-representada, uma vez que os negros são 55,8% da população brasileira. Além disso, os dados não consideram as fraudes, tampouco a evasão de alunos negros das universidades. Assim, é preciso verificar como se dá a trajetória destes estudantes no âmbito acadêmico, pois a sua estadia envolve questões financeiras, os laços sociais desenvolvidos (ou não), os tratamentos recebidos pela comunidade acadêmica (professores, técnicos, alunos e prestadores de serviço em geral), o sentimento de pertença e, principalmente, o que convencionou-se chamar de saúde mental.

O importante, neste ponto, é reconhecer que apenas ingressar em um curso de graduação não basta para que as desigualdades sejam mitigadas. Faz-se necessário um maior esforço para que os cotistas permaneçam nas universidades até que saiam de lá com um diploma nas mãos. Para tanto a política pública deve se propor a aumentar os recursos nas universidades, visando a ampliação e fortalecimento de programas de assistência estudantil e políticas de permanência que envolvam auxílios financeiros, de alimentação, moradia, saúde e transporte, de acordo com as demandas existentes (e não alcançando apenas uma pequena parcela). Contudo, somente o apoio material não basta. Como é do conhecimento de muitos, alunos cotistas, em grande parte, são os primeiros membros de suas famílias a frequentarem uma universidade. Isso os coloca em desvantagem em relação ao conhecimento dos ditames universitários (anunciados e não anunciados), das informações gerais sobre oportunidades e possibilidades existentes dentro do meio acadêmico. Por essa razão, os setores de assistência estudantil devem viabilizar programas e eventos que promovam a divulgação dessas diferentes instâncias acadêmicas, favorecendo, assim, um maior aproveitamento do tempo desses estudantes na universidade.

As ações sugeridas acima apontam para um desfecho que favoreça o grupo discriminado e em desvantagens. Porém, é necessário que os recursos depreendidos também estejam a favor do sujeito que deseja se desvencilhar das imposições e mazelas frutos do racismo, buscando também a sua emancipação individual. E é sobre uma das possibilidades que podem viabilizar essa libertação que falaremos no próximo tópico.

## 2.5 Do racismo alienante à desidentificação

Almeida (2018) aponta que, para os estudos das relações raciais, a *concepção institucional* compreende um avanço. Segundo o autor, “sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do *funcionamento* das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça.” (p.29, *grifos do autor*). Entretanto, em um contexto cuja estrutura é de exclusão dos negros, o aumento da presença de pessoas negras nas instituições não significa que o racismo esteja eliminado. A conquista das cotas raciais é o resultado de muitas lutas políticas e de elaborações intelectuais intensas vindas de movimentos sociais.

Mas apenas a presença de alguns negros – ao que se chama de “representatividade” –, apesar de relevante, não é suficiente, já que esta não é sinônimo de poder e muito menos de igualdade, pois concede ascensão social a poucos representantes. Tal ascensão individual tem

a sua importância, afinal, a mera presença de negros em alguns espaços cumpre uma função pedagógica. No entanto, se essa presença for multiplicada, e acompanhada de uma postura antirracista pautada na consciência, na identidade e no letramento raciais, seu caráter se torna o de uma revolução. Por esse motivo, as cotas raciais são revolucionárias. (Vaz, 2022) Isso porque há no seio da sociedade brasileira uma cordialidade que oculta o ódio, por meio de uma falsa democracia racial que legitima as violências causadas pelo racismo.

A cordialidade do racismo à brasileira encobre práticas racistas sutis, mas que são de extrema violência: uma pergunta despreziosa, uma brincadeira, um olhar, uma deslegitimação de uma fala de uma pessoa negra, alegando vitimismo ou complexo de inferioridade, dentre outros. Para os iletrados racialmente ou para os que negam o fenômeno, tais práticas podem passar despercebidas. Entretanto, para aqueles que já possuem um mínimo de letramento racial, elas chegam como agulhadas no peito que machucam tanto quanto revoltam. Munanga (2017) nos adverte sobre o “silêncio, o não dito”, que se configuram como uma “outra característica do racismo à brasileira. (...) É nesse sentido que sempre considerei o racismo brasileiro “um crime perfeito”, pois além de matar fisicamente, ele alija, pelo silêncio, a consciência tanto das vítimas quanto da sociedade como um todo, brancos e negros.” (p.40)

Em seu texto *Racismo e Extimidade* (2016), Miller faz elaborações que convergem com alguns pontos importantes para o presente artigo. O psicanalista, ao fazer uma crítica ao discurso da ciência, suporte do humanismo universal, cujos adeptos reprovam a psicanálise por esta ir, de certa forma, na contramão dos preceitos por eles defendidos, aponta que a pretensão do discurso científico para o homem contemporâneo é “obter uma uniformização, e especialmente uma uniformização do gozo.” (p.2) Porém, neste momento, o que acontece é que “o Outro tem uma singular propensão a se manifestar como não semelhante.” (p.2) Para o autor, a ciência está implicada no avanço do que ele chama de racismo moderno ao ser “profundamente desagregadora” (Miller, 2016, p.2), pois, o seu discurso universalizante anula as subjetividades e promove a segregação. Entretanto, há algo que não é universal e nem se pode dobrar à universalização, o *modo de gozo*.

Lacan, em seu *Seminário 7: a ética da psicanálise* (1959-60/1988), ao retomar o que Freud postula em *Mal-estar na civilização* (1930) sobre o amor ao próximo, formula que “o gozo é um mal. (...) ele é um mal porque comporta o mal do próximo.” (Lacan, 1959-60/1988, p.225) É justamente esse mal, com uma tendência à agressividade, que percebemos não só nos outros, mas também em nós, que dificulta ou até mesmo torna impossível esse amor ao próximo. Na esteira dos apontamentos de Lacan, Miller diz que “a raiz do racismo é o ódio de meu próprio gozo.” (2016, p.7) E assevera que

Não basta questionar o ódio do Outro, pois isso colocaria justamente a questão de saber por que esse Outro é Outro. No ódio do Outro há, certamente, algo mais do que a agressividade. Há uma constante dessa agressividade, que merece o nome de ódio, e que visa o real no Outro. O que faz com que esse Outro seja Outro para que se possa odiá-lo, para que se possa odiá-lo em seu ser? Pois bem, é o ódio do gozo do Outro. É exatamente essa a forma mais geral que se pode dar a esse racismo moderno tal como o verificamos. É o ódio da maneira particular segundo a qual o Outro goza. (...) Bem que gostaríamos de reconhecer o Outro como nosso próximo, mas com a condição de que não seja nosso vizinho. Gostaríamos de amá-lo como a nós mesmos, mas sobretudo quando ele está longe, quando ele está separado. E quando esse Outro se aproxima, é preciso ser verdadeiramente otimista como um geneticista para acreditar que isso produz um efeito de solidariedade, para crer que isso leva imediatamente a se reconhecer nesse Outro. (Miller, 2016, p.4)

O que pretendemos sustentar aqui, é que não basta a instituição de leis que assegurem a presença de pessoas negras nos espaços de poder, alguns movimentos a mais se tornam necessários para que o *modus operandi* do racismo tenha efeitos menos nefastos nas subjetividades dessas pessoas.

Grada Kilomba (2019), teórica, psicanalista e artista interdisciplinar, explicita cinco mecanismos pelos quais o sujeito branco passa para que, enfim, possa ouvir sobre a sua branquitude e o seu racismo, são eles: a *negação*, enquanto uma recusa em admitir os aspectos desagradáveis da realidade externa, de seus sentimentos e pensamentos internos; a *culpa*, que se dá pela infração de uma interdição moral; a *vergonha*, enquanto medo do ridículo, que se dá com a percepção da posição privilegiada da branquitude; o *reconhecimento*, que segue a vergonha no momento em que o sujeito branco reconhece a sua branquitude e/ou o seu racismo, passando da fantasia de não pertencer à branquitude e/ou de não ser racista para a realidade de que, sim, ele é; e, por fim, a *reparação*, que é a negociação do reconhecimento. Esta se dá por meio de reparar o mal causado pelo racismo através de transformações estruturais, de posições, de espaços, dentre outros, abandonando privilégios.

Desse modo, não seria equivocado dizer que, em grande parte, a sociedade brasileira, incluindo a academia científica, ainda se encontra no estágio da negação. Problematizar estas questões por meio dos postulados psicanalíticos é reconhecer o quanto se tem negligenciado o fato do racismo ser estrutural e, portanto, estruturante, influenciando as vivências dos sujeitos que compõem tal sociedade e, conseqüentemente, os seus modos de agir, pensar e sentir. Kilomba (2019) ainda afirma que os mecanismos citados “revelam a consciência sobre o racismo não como uma questão moral, mas sim como um processo psicológico que exige trabalho” (p.46). Portanto, é o entendimento e o estudo da própria marginalidade (no caso do

sujeito negro), e da própria negação (no caso da branquitude), que criam a possibilidade de devir como novos sujeitos.

Pois bem, o que seria, então esse entendimento da própria marginalidade do qual nos fala Kilomba (2019), e quais seriam as finalidades de tal entendimento? Nogueira (1998) nos dá um caminho para responder a estas questões quando aponta que

(...) a rede de significações [sociais] atribuiu ao corpo negro a significância daquilo que é indesejável, inaceitável, por contraste com o corpo branco, parâmetro da autorrepresentação dos indivíduos. (...) a cultura necessita do negativo, do que recusado, para poder instaurar, positivamente, o desejável. Tal processo inscreve os negros num paradigma de inferioridade em relação aos brancos. (p. 46)

Essas ‘significações sociais’ fazem parte da constituição da cultura como estruturas significantes. Significantes vindos do Outro, como alteridade radical, da ordem do simbólico, e que se presentificam a partir da linguagem. Quinet (2000) afirma que “o inconsciente como o Outro da linguagem significa que não há barreira entre o que é do sujeito (enquanto “seu” inconsciente) e o que é do mundo simbólico em que ele está inserido.”(p.46) Desta feita, retomando Nogueira (1998), ao indivíduo branco é ofertada, de saída, a possibilidade de se reconhecer em um ‘nós’ e de se identificar aos atributos de moralidade e intelectualidade. Porém, ao negro, esta possibilidade de identificação é interdita, posto que seu corpo preto porta a marca do que é execrável e negativado pela cultura. Sendo assim, “nesse processo em que a cultura o captura, o negro recusa sua própria imagem e permanece cativo do fantasma da inferioridade (...)” (p.47)

O racismo desencadeou nos afrodescendentes brasileiros um processo de identificação alienante. Tal processo fixa o psiquismo do sujeito, nega a passagem do tempo e o captura em um “para sempre”, por meio da “perpetuação inconsciente de uma história alheia e não elaborada que se repete a cada geração.” (Milagre e Giaretta, 2017, p.82). Dessa forma, para que se possa entrar em contato com o indestrutível átomo de humanidade que há no sujeito negro, é preciso fazer o caminho contrário.

A desidentificação, sendo esse processo inverso, constitui uma conjuntura que torna possível aos sujeitos encontrarem o seu desejo e construir o futuro, rumo à liberdade. A identificação é inconsciente, por esse motivo, a única forma de torná-la consciente é desidentificando-se. Este movimento é capaz de colocar à prova a estabilidade dos aparatos narcisistas nos âmbitos intrassubjetivo e intersubjetivo, permitindo ao sujeito se liberar de uma história que o aliena. (Milagre e Giaretta, 2017). Contudo, a operação de desidentificação

culmina na queda dos significantes mestres, e na constatação da falta que estrutura o sujeito. Portanto, não é uma operação simples, já que as identificações têm as suas funções e por este motivo trazem alguma satisfação para o sujeito, ainda que sejam identificações a lugares pejorativos. Assim, desidentificar-se é um movimento que exige uma quota de agressividade. É uma operação que diz de “um redimensionamento da posição do sujeito diante do Outro.” (Couto, 2017, p.164).

Após mais de 10 anos da instauração da Lei de cotas, da incidência e crescimento dos movimentos negros, da ampliação de fontes de informação e conhecimento, incluindo a mídia e as redes sociais, ainda que com suas contradições, algumas interrogações se fazem necessárias. Se quando Neusa Souza escreve seu célebre *Tornar-se negro*, em 1983, esse Outro como Ideal do eu era o branco, na atualidade, há alguns indícios que apontam para uma mudança desse paradigma, dentre eles um maior número de publicações e debates a respeito da temática racial, bem como uma afirmação da identidade no discurso do sujeito negro em várias esferas da sociedade. Porém, quais são os efeitos dessa tímida, mas crescente mudança para a subjetividade dos sujeitos negros que adentram os espaços universitários? Qual lugar ocupa o Outro do sujeito negro na universidade? A quais traços este sujeito se identifica? Quais significantes formam a sua cadeia discursiva? É certo que, como a psicanálise nos mostra, cada sujeito pode fazer a sua invenção, o seu sintoma, porém, não sem a ex-sistência do real do Outro.

## 2.6 Considerações finais

A colonização instaurou entre os seres humanos envolvidos neste processo uma polarização. O branco fez do negro o seu outro, o seu não semelhante, o estranho, considerando-o como inferior e transformando-o em objetos e mercadorias. Dessa forma, os povos africanos e seus descendentes foram destituídos de sua vida social, da sua cultura, de seus entes e, principalmente, de suas subjetividades. O resultado da escravização “é a completa obliteração de sua identidade antiga para a construção de uma nova, dependente e condicionada pelo (seu) senhor” (Gomes, 2019, p.68).

Para Neusa Souza (1983), “afastado de seus valores originais, [...] o negro tomou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de ‘tornar-se gente’” (p.18), pois ao não possuir uma outra concepção positiva de si mesmo, se viu obrigado a idealizar o branco como modelo de identidade, se assemelhando a ele na forma física ou comportamental, no afã de ascender socialmente.

Entretanto, o povo preto nunca cedeu por completo aos desmandos dos colonizadores racistas, buscando de diversas formas se libertar de tal jugo. O que culminou em diversas revoltas e na busca pela emancipação do coletivo e também subjetiva. Assim, os vários movimentos insurgentes empreenderam formas judicialmente legais para que a ascensão da parcela negra pudesse ocorrer. O caminho a se seguir ainda é longo. No entanto, não podemos deixar de validar e congratular os resultados dos esforços feitos até aqui, dentre eles, o estabelecimento das cotas raciais.

Como dissertado acima, a entrada e a permanência de estudantes negros nas universidades comportam uma série de desdobramentos que serão mais ou menos graves de acordo com os recursos simbólicos, materiais e psíquicos de cada sujeito. Mas é possível, a partir de uma assistência eficaz, que o trauma do racismo não seja revivido diariamente por esses alunos no ambiente acadêmico.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. 203 p.

ARIÑO, Daniela Ornellas, & Bardagi, Marúcia Patta. (2018). Relação entre Fatores Acadêmicos e a Saúde Mental de Estudantes Universitários. **Psicologia em Pesquisa**, 12(3), 44-52.

BONILHA, Tamyris P.; SOLIGO, Ângela F. O não-lugar do sujeito negro na educação brasileira. **Revista Ibero-Americana de Educação**, Madri, vol. 68, n. 2, jul 2015, p. 31-48. Disponível em: < <https://bit.ly/3aphvUw>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros de 2012 a 2016**. Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BUENO, Samira et al. **Feminicídios em 2023**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/77f6dccc-06b7-49c1-b227-fd625d979c85>

COUTO, Margaret Pires do. **Psicanálise e educação: uma investigação das queixas escolares**. Psicologia da Educação, São Paulo, n. 18, 1º semestre de 2004, p. 157-170.

DAMASCENO, M. Gouveia; ZANELLO, V. M. L. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 450-464, set. 2018. Disponível em: < <https://bit.ly/39q4NFL>>.

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 517-534, dez. 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da raça branca. 5. Ed. São Paulo: Globo, 2008. 439 p.

FERNANDEZ, et al. Dificuldades e fragilidades vivenciadas por alunos durante a graduação em universidade pública. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v.4, n.1, p.3506-3414, jan. 2022.

FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu. In: **Cultura, sociedade, religião: O mal-estar na cultura e outros escritos**. Autêntica, 1921.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares, vol. 1. 1. Ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. 480 p.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HASENBALG, Carlos. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In.: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Orgs). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fio Cruz/CCBB, 1996. Livro eletrônico - Edição do Kindle.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2MbI4kY>>.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 248 p.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 7: a ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1959-60/1997.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

LACAN, Jacques. O aturdido. In: **Outros Escritos**. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1972.

LÉVI-STRAUSS, C. Raça e História. In: **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

MILAGRE, Paula Kern; Giaretta, Vanessa. (2017) Enrolados: uma visão psicanalítica sobre a versão de Rapunzel da Disney. **Publicação CEAPIA**. Porto Alegre, n. 26.

MILLER, Jacques-Alain. *Racismo e extimidade*, 2016. Disponível em: <<http://revistaderivasanaliticas.com.br/index.php/accordion-a-2/o-entredois-ou-o-espaco-do-sujeito>>.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In. KON, N. M.; ABUD, C. C.; SILVA, M<sup>a</sup>. L. da. (Orgs). **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 33 – 44.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do corpo negro**. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, São Paulo: USP, 1998.

QUIJANO, Aníbal. (2005). **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

QUIJANO, Aníbal. (2009). **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. In: *Epistemologias do Sul* / org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. – (CES). Coimbra, Portugal: Edições Almedina. (p. 73-117)

QUINET, Antônio. **A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SANTOS, Diego Junior da Silva et al. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press Journal of Orthodontics**, Maringá, v. 15, n. 3, p. 121-124, jun de 2010. Disponível em: < <https://bit.ly/2AorIIW>>.

SILVA, Eduardo Pinto e. (2015). Adoecimento e sofrimento de professores universitários: dimensões afetivas e ético-políticas. **Psicologia: teoria e prática**, 17(1), 61-71.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. 89 p.

TUNDIS, Amanda Gabriella Oliveira, & Monteiro, Janine Kieling. (2018). **Ensino superior e adoecimento docente: um estudo em uma universidade pública**. *Psicologia da Educação*, (46), 1-10.

VAZ, Livia S. **Cotas Raciais**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

### 3 CAMINHOS DA PULSÃO NAS AÇÕES AFIRMATIVAS: A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PARA ALÉM DO RASO DA LETRA<sup>5</sup>

#### Resumo

Neste artigo, temos, a materialidade da pesquisa articulada à teoria, com trechos das escrevivências de alguns estudantes negros da UFMG. Nele, discorremos sobre as violentas reverberações da colonização nas formas de conhecimento, em aspectos dos saberes, línguas e culturas, principalmente no que tange à academia científica enquanto um lugar destinado à produção de conhecimento. Nossa tentativa foi a de circunscrever, a partir de uma perspectiva psicanalítica, o modo como o espaço acadêmico e as ações afirmativas afetam estudantes negros, principalmente em relação à saúde mental e o que está implicado na vivência de ocupar a Universidade. Finalizamos este artigo elencando algumas categorias analíticas, transversalizando as experiências, mas sem perder de vista que, apesar das semelhanças em suas vivências, cada sujeito apresenta distintas estratégias de construção e defesa face ao racismo institucional

**Palavras-chave:** ações afirmativas; escrevivências; psicanálise.

#### Abstract

In this paper, we look at the concrete materiality of research articulated with theory, with excerpts from the escrevivências of some black students at UFMG. We discuss the violent reverberations of colonization in forms of knowledge, in aspects of wisdom, languages and cultures, especially about the scientific academy as a place for the production of knowledge. We attempted to circumscribe, from a psychoanalytic perspective, how the academic space and affirmative action affect black students, especially about mental health and what is involved in the experience of occupying the University. We conclude this paper by listing some analytical categories, cross-cutting the experiences, but without losing sight of the fact that, despite the similarities in their experiences, each subject has different strategies of construction and defense in the face of institutional racism.

**Keywords:** affirmative action; escrevivências; psychoanalysis.

---

<sup>5</sup> Este artigo integra Pesquisa financiada pelo edital de grupos consolidados do CNPq (Edital 18/2021, nº do Processo: 409386/2021-9/ Título do projeto: "Leituras e intervenções psicanalíticas sobre o mal-estar colonial"/ Pesquisa: "Impacto das políticas de ação afirmativa na saúde mental de estudantes cotistas negres de ensino superior"), e possui co-autoria de Andréa Máris Campos Guerra, Luna Maria Câmara Castro, Gabriel Lucas Baissa Dias e Keren Clementina Martins França.

*Esse texto é escrito à caneta. Acho bom dizer desde já, pois lembrá-lo assim é importante para entendê-lo nas camadas mais profundas para além do raso da letra no papel. (Escrevivência I, 2022)*

### 3.1 Introdução

Neste capítulo, trataremos das reflexões construídas pela equipe de pesquisadoras junto aos estudantes-autores-sujeitos deste estudo acerca do que foi produzido em suas escrevivências. Elas foram realizadas ao final das conversações psicanalíticas que aconteceram na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) durante o segundo semestre de 2022. Na busca pelos elementos de adoecimento e saúde, de defesa e afirmação face ao racismo cotidiano vivido na experiência do ensino superior público e gratuito, agregamos ao trabalho da equipe nacional desta investigação uma contribuição sobre lógicas de ocupação deste espaço institucional por pessoas negras.

### 3.2 Racismo e universidade

A epígrafe, que nomeia o presente capítulo, faz parte da escrevivência intitulada *1130*, realizada por um dos estudantes que colaboraram com a construção da pesquisa. Ela faz emergir, pela força retórica, os esforços que mobilizaram todo o nosso trabalho: a produção de conhecimento “para além do raso da letra”, em oposição à ordem eurocêntrica/positivista do conhecimento.

Tal ordem está assentada em pressupostos de objetividade e neutralidade, marcadores que são, para nós, sob uma ótica decolonial, o raso da letra. Nosso “para além”, é uma tentativa de aplicar e circunscrever o que Grada Kilomba (2019) ilustra veementemente no capítulo *Quem pode falar?*, quando demanda “uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros” (p. 58).

Uma vez que a colonização não reverbera somente em corpos e territórios, mas também, violentamente, em formas de conhecimento, em aspectos dos saberes, línguas e culturas, a preocupação da decolonização incide no tensionamento das estruturas de validação do

conhecimento e em modos de leitura do mundo, amparados na fantasia da erudição, que legitimam lugares de poder.

Não por acaso, os espaços destinados à produção de conhecimento, os centros acadêmicos, não são lugares neutros, nem tampouco espaços puramente de sabedoria e ciência, são “também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a” (Kilomba, 2019, p. 51). A universidade, representante exímio de sabedoria e erudição, está amparada em estruturas eurocêntricas. A circulação de corpos dissidentes da norma hegemônica não interdita o mal-estar inerente de estar em um lugar que lhe foi negado historicamente.

Segundo Amin (2021, p. 84-85), o eurocentrismo pode ser concebido como ideologia que naturaliza o sistema neocapitalista desde suas origens burguesas. A aspiração à racionalidade e ao universalismo, o mito cristianófilo, o do antepassado grego, a construção antitética artificial do orientalismo, assentadas no racismo ineliminável são suas principais características. Através dessa ideologia dominante, três operações se decantam: obscurece-se a natureza essencial do modo de produção capitalista; deforma-se a visão de gênese do capitalismo e separa-se a natureza do processo de reprodução do capitalismo, naturalizando a desigualdade e velando as contradições internas do sistema.

No que tange aos aspectos da raça, ponto de partida e foco do nosso estudo, esse é um espaço que estudantes negres têm sido sistematicamente silenciados ao longo do tempo, no qual pessoas brancas/os têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente os constroem como “objeto”, como “Outras/os” em tom de subalternidade (Kilomba, 2019). É a partir desse estatuto que nos debruçamos para consolidar uma chave de leitura psicanalítica sobre o racismo institucional e seus efeitos traumáticos como acontecimento de corpo, tomando a experiência da/o estudante cotista de ensino superior como pivô.

As vivências sócio subjetivas articuladas à herança colonial e atualizadas no racismo institucional vivenciado no âmbito do ensino superior é a cena da qual apuramos as categorias estruturais emergentes de análise, orientada pela psicanálise em diálogo com outros saberes. Para isso, foi necessário a construção de uma metodologia em interseccionalidade – com destaque para as obras de Grada Kilomba, Conceição Evaristo e Jacques Rancière –, tendo como horizonte a premissa de que a escrita é um ato político, no qual os estudantes, ao nomearem suas histórias, contarem sobre suas realidades, expressarem suas marcas e identidades assumem posições de sujeito – não apenas, e não mais, como “objetos”<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Conceito de “sujeito” e “objeto” referidos às teorizações de bell hooks em *Talking Back: Thinking Feminist, Talking Black* (1989), apresentadas no livro *Memórias da Plantação* (2019) de Grada Kilomba.

Portanto, o percurso de pesquisa aqui apresentado reflete a tentativa de circunscrever, a partir de uma perspectiva psicanalítica, o modo como o espaço acadêmico e as ações afirmativas afetam estudantes negres, principalmente em relação à saúde mental e o que está implicado na vivência de ocupar a Universidade.

### 3.3 Nossa metodologia na prática

De antemão, faz-se necessário contextualizar em que ponto esse estudo se localiza em relação à pesquisa inicial proposta para, então, adentrarmos na construção metodológica e nos eixos de análise deste desdobramento. Para isso, vamos retomar algumas informações que já foram pinceladas nos capítulos anteriores, principalmente, no que se refere à proposta inicial que entrelaça a rede nacional atuante no projeto.

A pesquisa inicial surge com a demanda de investigar e analisar, sob uma ótica psicanalítica, a vivência dos estudantes negres do ensino superior, ingressantes pelas políticas de ações afirmativas, no âmbito da saúde mental, em interface com o racismo institucional e cotidiano à brasileira que interpela a ocupação do espaço universitário. Para esses fins, nossa rede nacional, composta por 6 (seis) Universidades, propôs como percurso metodológico que cada universidade promovesse conversações psicanalíticas em grupo nos seus respectivos espaços, a fim de conhecer, por meio da associação livre e da transferência, os modos como esses estudantes são afetados pela experiência racial e como ela afeta a instituição de ensino superior.

Ao final das conversações, a partir do campo transferencial trabalhado, havendo interesse por parte dos estudantes, eles foram convidados a elaborar textos na forma de escrevivências e/ou contarem suas histórias através de narrativas memorialísticas, no que os mobilizassem acerca da temática e se assim o desejassem. Tal interposição dos meios de coleta de dados – conversações, escrevivências e narrativas memorialísticas –, emerge como um dos meios de construção que se alinha ao “que fazer” ético que defendemos, o de trazer a autonarrativa de estudantes negres como autores e sujeitos pesquisadores.

Uma vez compreendida a estrutura de pesquisa à qual o presente estudo se integra, fundamentaremos e depois explicaremos como se deu sua construção metodológica, de modo a que nos atemos aqui a analisar especificamente as escrevivências que foram produzidas a partir das conversações psicanalíticas em uma universidade pública mineira.

Nossas conversações foram realizadas, presencialmente, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o tema disparador “Quem pode falar nas Universidades?”, tendo

como inspiração e referência o capítulo de Grada Kilomba, citado ao início da exposição, *Quem pode falar?* que integra seu livro *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano* (2019). O convite, dirigido aos estudantes desta universidade, foi para participarem dessa série de encontros, que tiveram como metodologia as conversações psicanalíticas e que foram coordenados por duas psicólogas e psicanalistas negras. Este foi um espaço de escuta no qual pessoas negras puderam falar sobre sua negritude e como é ser negra/o em uma universidade.

“A Conversação é um dispositivo da psicanálise clínica criado por Miller (2003), e tem se estendido como psicanálise aplicada a outros espaços, inclusive à educação” (Miranda e Santiago, 2010, p.2) Trata-se de um procedimento grupal no qual os participantes debatem sobre um tema proposto, podendo expressar os desafios e impasses do meio em que estão inseridos. Uma das principais diretrizes da conversação é a de lidar com uma aposta no que está por vir, objetiva-se, assim, a produção do inédito. “Da ‘associação livre coletivizada’, em que o que um diz evoca no outro o seu dizer, considera-se que os efeitos da Conversação serão recolhidos por cada um” (Miranda e Santiago, 2010, p. 02).

O convite às conversações se deu por meio de divulgação nos coletivos acadêmicos e nos cursos de graduação e pós-graduação da UFMG, com o apoio da Pró Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). A princípio, treze pessoas se inscreveram, porém, no dia marcado para o primeiro encontro, apenas duas pessoas compareceram. Após análise do que poderia ter causado a baixa adesão, nova divulgação foi realizada e, no segundo encontro, vieram sete estudantes. A conversação intitulada *Grada Kilomba: Quem pode falar na universidade?* teve como objetivo não apenas o reconhecimento de quem fala, mas também de quais vozes são reconhecidas. De acordo com o planejamento da pesquisa, o cronograma foi estruturado em cinco encontros. Sendo o primeiro para apresentações e inauguração da atividade. Os três encontros consecutivos foram conversações estruturadas a partir de capítulos do livro já referido (Kilomba, 2019). Os capítulos foram escolhidos pelos estudantes, interseccionando com narrativas pessoais e discussão em torno das pautas convocadas. Além do livro de Grada Kilomba (2019), os alunos participantes sugeriram que as conversações também utilizassem a carta que Marielle Franco (2017) escreveu para estudantes cotistas ingressantes na PUC-RJ, intitulada *Aos bastardos da PUC-Rio*, na qual a então vereadora disserta sobre as dificuldades de ser cotista em uma universidade privada.

Ao final do terceiro dia das conversações, os estudantes foram convidados a contribuir com a pesquisa por meio de suas escrituras, utilizando o gênero literário com o qual se

sentissem mais à vontade (crônica, poesia etc.). Dessa forma, quatro jovens aceitaram o convite, dois homens e duas mulheres. O último encontro das conversações foi estruturado em torno das escrevivências realizadas pelos participantes sobre suas vivências e sobre o que foi discutido nos encontros. Após as conversações foram realizadas discussões com a equipe nacional acerca do material de todos os estados e depois cada estado chamou os estudantes para mostrar o material inicialmente articulado e convidá-los à escrita coletiva. A recepção do convite, singular, foi acolhida pela equipe nacional, tendo algumas pessoas iniciado o trabalho de escrita final dos artigos e outras preferido não se envolver mais na investigação<sup>7</sup>. Nesse retorno, alguns testemunhos marcaram o modo como a pesquisa afetou e possibilitou novos movimentos subjetivos e relacionais para alguns dos jovens da conversação<sup>8</sup>.

Mais adiante, na análise do material, trabalharemos as escrevivências a partir de categorias construídas sob orientação psicanalítica, tomando a noção freudo-laciana da angústia como elemento analítico central. Essas categorias foram passíveis de mobilização, na medida em que emergiram das narrativas dos sujeitos-autores. Ademais, nos debruçamos em fontes contemporâneas que falam sobre o mal-estar colonial e que propõem a escrita como ato político, em particular a escritora Conceição Evaristo que cunhou o termo “escrevivência” e, como já trabalhado, a psicanalista e filósofa Grada Kilomba com seus estudos sobre racismo no cotidiano.

### 3.4 Fundamentos metodológicos

O anteparo no qual nossa análise, leitura e intervenção se consolidam, está às voltas do que o filósofo e professor Jacques Rancière cunhou como “cena”, uma categoria teórica relacionada ao que ele denomina como um “método de igualdade”. A cena se apresenta como uma forma de racionalidade não-hierárquica que, ao invés de pretender explicar um fato, um acontecimento, um fenômeno dado, se apresenta como uma “singularidade” envolvida em redes

---

<sup>7</sup> Desses encontros, trabalharemos neste capítulo, as escrevivências dos quatro estudantes que serão o foco de análise deste estudo, dentre os quais dois deles optaram por fazer parte da pesquisa na condição de que fossem adotados pseudônimos para suas produções e uma estudante, co-autora desse material, optou por ter sua identificação nominal, tendo sua escrevivência-poesia disponível na íntegra ao final deste capítulo.

<sup>8</sup> Essa escrevivência será a única disponível na íntegra, pois sua produção, de cunho estético-literário, se apresentou, para nós, passível de esvaziamento pelo transbordamento de significações que emergia toda vez que tentávamos traduzir ou recortar sua obra à interpretação. Não ousamos contornar sua poesia que toca o mais íntimo da sua experiência de ser. Acreditamos que nem tudo pode ser traduzido, o melhor que pode ser absorvido dessa escrevivência é ela mesma, no que reverbera e no que mobiliza as pessoas nessa experiência de leitura.

de significações. Segundo Taís Araújo, em sua tese de doutorado *Saber, escrita e emancipação: A trajetória de Jacques Rancière* (2021), "é desse modo que a cena se difere de uma concepção de pesquisa em que, de partida, se determinaria um conjunto de generalizações consideradas como 'causas', com o fim de tomar os casos concretos como ilustrações dos seus efeitos". O que se realiza na cena inclui suas próprias condições imanentes e singulares, destituídas do anteparo simbólico que só virá num depois. "Na cena, as condições são imanentes à sua efetuação. Isso quer dizer também que a cena, tal como eu concebo, é fundamentalmente anti-hierárquica. É o 'objeto' que nos ensina como nós podemos falar sobre ele, como nós podemos tratá-lo" (Rancière, 2012, p. 123 *apud* Araújo, 2021, p.99).

A cena, então, se estabelece como as diferentes formas através das quais um mesmo elemento pode ser percebido, ela é sempre o momento no qual as coisas podem ser sacudidas (Rancière, 2018, p.31). Nesses termos, ela assume determinados atributos para que se efetive como método e que torna possível traçar um paralelo com a práxis decolonial a que nos propomos, principalmente no que tange ao dissenso e à desierarquização. Isto é, atribuímos à cena uma operação de desmontagem de legibilidades hegemônicas, numa tentativa de subverter uma ordem dominante da produção científica e artística, de alterar a "máquina explicativa" escamoteada nos meios de circulação do saber. "Aqui o papel do sujeito que constitui a cena é essencial, seja ele um pesquisador, um filósofo, um professor, um operário etc. Evitar uma escrita que produza uma máquina explicativa do real é o gesto político adotado por Rancière (Marques, 2022, p. 06).

Se essa máquina explicativa que estabelece as vidas, realidades e conhecimentos que são válidos, daqueles que não são assim considerados, for pensada, metaforicamente, como uma miopia social perante a leitura do mundo, o que Rancière propõe, com o método da cena, pode ser atribuído, analogamente a uma lente, elaborada para possibilitar novas formas de enxergar os fenômenos à nossa volta. E reparem, é uma lente teórica que visa tensionamentos e exercícios de pensamento que reconstroem a "partilha do sensível"<sup>9</sup>.

No que cerne ao nosso estudo, não cabe – pelo menos não nesse momento – traçar uma longa elaboração acerca dos desdobramentos e implicações da obra de Rancière. O ponto primordial da sua teoria que nos interessa e que consideramos ser de grande contribuição para

---

<sup>9</sup> Conceito elaborado por Rancière para dizer de desdobramentos posteriores do princípio da "não-hierarquia" em interpeleção com noções de tempo e espaço, além de estabelecer uma linha entre o pensamento *possível* e *impossível*. Ver mais em Araújo, T. (2021). *Saber, escrita e emancipação: A trajetória de Jacques Rancière*. p. 104-107.

nossa análise de dados é como seu conceito de cena é montado na escrita e como esta, por sua vez, imprime o pensamento em ato.

### 3.5 A cena nas (escre)vivências

Uma singularidade é o que propicia a cena. Para produção de uma escrita capaz de elaborar e montar uma cena, o sujeito entrelaça os fios que constituem a rede de singularidades que estão à sua disposição, assim, uma postura ética é assumida. A escrita surge, portanto, como uma conexão entre o pensamento e a cena. Ela aproxima estruturas de linguagem ao próprio trabalho do pensamento, “não para produzir explicações, mas sim tensões e choques, engendrando uma busca que produz sentidos, deslocando posições naturalizadas” (Marques, 2022, p. 07). Diferentes níveis de sentido e discurso são rearranjados e produzem uma visibilidade singular.

[...] transformar determinado acontecimento singular em uma cena de dissenso requer essa busca por uma escritura liminar e não explicativa (que aproxime diferenças sem suturá-las, abrindo outros espaços e outros tempos na narrativa), além de também um investimento na identificação e entrelaçamento de redes de relação entre eventos, nas quais o “aparecer” é o motor ético, estético e político de transformação (Marques, 2022, p.8).

Nesse sentido, a cena também ganha contornos ao propiciar o “aparecer” político dos sujeitos, no que toca à sua emancipação e subjetivação. Trata-se da tomada de palavra daqueles que uma vez não puderam falar porque as estruturas da opressão e de normas não permitiram que suas vozes fossem escutadas. Trata-se de “colocar em cena a palavra dos incontáveis para que eles se imponham como seres falantes” (Rancière, 2019, p.77).

Aparecer (apparaître) na cena é um gesto estético e político que promove outra forma de estruturação do pensável, envolvendo a alteração de um regime de percepção, de leitura e de escuta, por meio do qual elementos diversos se justapõem, deslizam uns sobre os outros e se atritam de modo a permitir um deslocamento de nossa posição em relação ao modo como apreendemos, percebemos e respondemos às demandas do outro e aos eventos do mundo (Marques, 2022, p.18).

Ao cooptar a construção da cena na escrita, nos termos de Rancière, aos nossos propósitos de estudo, emerge à interpretação que as escrevivências constituem-se, em si mesmas, como uma cena. Nosso trabalho, a partir disso, formaliza um gesto de produzir outras cenas que reagem umas com as outras e produzem deslocamentos rumo a uma transformação dos arranjos materiais, simbólicos e intersubjetivos que estão sendo sustentados.

As escrevivências, como afirma Conceição Evaristo (2020), em sua concepção inicial, surgem como um ato de escrita de mulheres negras e pobres, como uma ação que pretende borrar marcas do passado, subverter posições e modos de transmissão elegidos como norma hegemônica "E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais" (Evaristo, 2020, p. 30).

Sob a ótica da montagem da cena na escrita, as escrevivências remontam justamente ao potencial de articular experiências e marcas que rompem com a lógica produtiva artística e intelectual, de modo a tensionar o visível e legível aos demais. São insurgências cotidianas e convocam para a cena um indivíduo ou coletivo não como mera ação contemplativa, mas evidenciando um profundo incômodo com o estado das coisas.

Por isso, nunca pensaria a Escrevivência como possibilidade de domínio do mundo. Mas como uma pulsação antiga, que corre em mim por perceber um mundo esfacelado, desde antes, desde sempre. E o que seria escrever nesse mundo? O que escrever, como escrever, para que e para quem escrever? Escrevivência, antes de qualquer domínio, é interrogação. É uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera (Evaristo, 2020, p. 35).

Visto isso, as análises que serão apresentadas a seguir tratam das escrevivências, sustentadas face ao estado de mal-estar, mas também, de resistência e alianças contra o racismo, em termos de fazer produzir deslocamentos, reflexões e leituras das questões que sobressaem, no campo psicanalítico, ao que é narrado das vivências. Tanto as escrevivências, quanto o que foi produzido a partir delas, trata o modo como subjetividades, relações e espacialidades são articuladas, incidindo em como modos de vida, corporeidades e vulnerabilidades são apreendidas e reconhecidas "Eu constituo a cena tendo em mente a referência possível a outras cenas" (Rancière, 2018, p. 121).

### 3.6 Escrever-se

A leitura de uma escrevivência não é uma experiência que se atravessa de modo indiferente ou ileso, nem para quem escreve, nem para quem lê o escrito. Ao introduzir uma outra perspectiva, silenciada e violentamente apagada, sua leitura faz reviver marcas e cicatrizes do racismo, como herança da colonização, que podem retornar em afetos intensos, nem sempre nomeados ou localizados. A escrita singular e a leitura compartilhada orientam nosso método

de pesquisa. Aos moldes de uma associação livre, também a análise do material, junto com os escrevíveis, mobiliza elipses e descentramentos de agentes mestres do discurso acadêmico e científico. Foi assim que decantamos o que podemos chamar de “momentos” ou “atravessamentos” da experiência do racismo nas instituições e, neste caso em especial, no ensino superior.

Optamos por analisar cada escrevivência, extraindo dela, como numa escuta analítica, seus principais significantes orientadores, mas visando à consolidação de aspectos transversais da racialização dos corpos na universidade. Nosso objetivo é menos o de decodificar ou reduzir uma vivência plural a um único nome e, mais, o de buscar compreender como ela impacta sujeito e laço social, pelo ato da escrita. Conforme propõe Evaristo (2020), como podemos daí extrair elementos comuns à experiência coletiva.

Assim, na primeira escrevivência analisada, temos uma escrita que nasce aos borbotões durante o trajeto do ônibus da universidade para a casa e que, entre a denúncia e o grito, destaca-se pela força questionadora e pelo potencial transformador das hierarquias forçadas pelo mundo racializado: a “agressividade construtiva”. A ação crítica destituída de movimento de mudança poderia enredar o sujeito em processos de enlutamento a partir dos ideais impostos e mobilizados pelo supereu quando acionamos pelo regime racista. Nessa escrevivência, a ironia sarcástica e a belicosidade mesclam-se numa combinação forte e radical.

A diferença social ou de classe é um elemento recorrente no texto que contrapõe, ao mesmo tempo, o estudante e o trabalhador no ônibus; o filho que “só” estuda face ao outro familiar que só trabalha; o universitário rico que viaja e o universitário pobre que precisa contar o dinheiro do mês para se alimentar. “Meus colegas... quebra-molas..., brancos e de classe média, passam férias em lugares chiques que talvez eu nunca irei. Praias estonteantes, restaurantes de luxo, Europa... Será que eles sabem o tamanho minúsculo que eles vivem? Eu preciso controlar os gastos da minha bolsa pra inteirar a passagem!”.

Um terceiro elemento de densidade simbólica é a dimensão da alteridade. Um dos efeitos das cotas de ação afirmativa foi o de trazer a realidade concreta de corpos muito distintos em termos de classe, raça e gênero para a convivência dentro do espaço universitário, antes habitado pela hegemonia do corpo branco, classe média alta e heteronormativo. Essa ilusão de igualdade é mantida pelo pacto narcísico branco e a reprodução de privilégios desvelados na escrita. Buscar inverter o circuito do pacto acadêmico branco e burguês como efeito das cotas de ação afirmativa foi um de seus efeitos.

Entretanto, a diferença permanece, se avoluma e ganha outra dimensão. “Ir para a faculdade me custam duas horas de ida e duas horas de volta”. A retificação do campo do outro,

incluindo uma gramática e uma realidade que não estão à mão de qualquer grupo social é outra de suas consequências. "Se não entendeu algo no texto, não se preocupe. Nem tudo dá pra se entender quando se ve do lado de fora. Meu ponto de descida [do ônibus] tá próximo". Essa diferença ganha o contorno na forma de uma produção acadêmica e cientificamente válida voltada para os problemas decorrentes das desigualdades estruturais. "A cobrança da universidade é para mil coisas, mas a produção de conhecimento aqui é para os nossos e não para os 'outros'".

Na segunda escrevivência, testemunhamos uma forma de agenciamento muito recorrente quando a violência advinda do racismo e da desigualdade encontra dificuldades em ser enfrentada. Como o racismo à brasileira opera por um modo denegatório inconsciente através do qual ele não é assumido, sua violência nem sempre é explícita e as reações a ela nem sempre evidentes para os sujeitos que as vivem. Assim, nessa escrevivência, mecanismos linguísticos dão mostras desse modo de proteção em que a linguagem parece suave, mas guarda intensidade pulsional. Parece leve, suave, mas logo vem um tensionamento que aperta e dói. "É ótimo estar em uma das melhores universidades do país. Apesar das questões de ser uma mulher negra de origem pobre em uma universidade historicamente branca". Foi necessário pagar caro pelo cursinho,

porém era extremamente satisfatório receber uma dose diária de coisas novas. Descobrir verdades negadas por negligência de um Estado que não promove uma educação de qualidade e emancipatória. Além disso, pra pagar o cursinho tive que trabalhar em um *call center*. Foi uma experiência muito difícil porque era um serviço muito abusivo. A maioria das pessoas que trabalhavam lá eram mulheres, negras, pessoas LGBTQIA+, jovens pessoas como eu que estavam deteriorando a sua saúde mental por migalhas. Eu odiava com todas as forças aquele lugar. Meu sonho é que todos pudessem ter uma boa qualidade de vida (ESCREVIVÊNCIA II).

A ambivalência marca esse ponto de não adesividade, de retorno pelo contrário, no qual a defesa pode ganhar formato inconsciente na enunciação da posição do sujeito. "Toda essa conjuntura se desenhando claramente nos meus olhos só me dava mais vontade de estudar, pois achava e ainda continuo achando, que isso seria a melhor alternativa para os meus problemas". O destaque para a defesa subjetiva singular assim encontrada não retira a dimensão material do problema. Há uma causalidade interna, ao lado de um determinismo externo. Poderíamos mesmo falar em dialética e topologia do sofrimento interseccionalizado, no qual não haveria separação e independência entre externo e interno.

Em psicanálise, usamos uma categoria para explicar esse dentro estranho que nos acossa como infamiliar, mas ele não alcança aquilo que, de fora, se impõe. São duas forças que atingem

o sujeito: um impulso interno e uma imposição externa. Entretanto, eles possuem uma relação topológica de continuidade como uma fita torcida que fechando-se em sua ponta cria um circuito moebiano.

Outra questão suscitada por essa escrevivência aparece pela via da pergunta acerca de como tratar aquilo que, se bem é nomeado como problema estrutural, não consegue ser integrado como um afeto domesticável, como a revolta ou a raiva, redundando numa defesa psíquica aos moldes de uma denegação que a torna suportável. Como trabalhar os distintos modos como essa “agressividade reativa” aparece em relação ao classismo, racismo e sexismo/misoginia? Essa pergunta nos interessa diretamente, pois as pessoas podem não conseguir, por vezes, sequer reconhecer a violência que as acossa. Como dela se defender, tratar ou dar outro destino?

A terceira escrevivência é marcada por uma posição afirmativa de valorização da ancestralidade e reconhecimento através da cultura afrocentrada, da valorização da tradição e da família, de um resgate das origens. A construção do enfrentamento ao racismo institucional se dá pela posituação da experiência de ser negro. “Fazer para e por nós”. Nessa escrita, os amigos pretos são fonte coletiva de sentimento de pertença e não há alienação ao ideal de eu marcado pelos significantes do discurso da branquitude. “Não quero calar a minha voz”, o autor resgata com Emicida. Aqui há uma fonte de identificação com a negritude que promove a acolhida e o sentimento de pertença face ao muro erigido pelo pacto narcísico da branquitude. “Parece que existe uma barreira, principalmente por uma ciência hegemônica e branca, que não quer dizer sobre o que é o saber de fora desses enormes muros da academia”.

Reaparece o não lugar ou a zona do não ser (Fanon, 2020), porém através da solução construída a partir dos antepassados e do resgate da cultura afrocentrada. “Me diminuí tanto... de não me sentir capaz, de não me sentir eu mesmo... lugar que não era seguro... entre eles mesmos”. A relação inter-racial se torna ameaçadora em função do racismo estrutural. Nesse posicionamento, como lembra Fanon (2020), o branco cria o negro. É face ao lugar simbólico e material da pessoa branca, que é criado o não lugar da pessoa negra para a branca se afirmar universal. Temos nesta escrevivência a construção de um lugar simbólico de reconhecimento da pessoa negra, assim como a pessoa branca constrói para si uma matriz simbólica. A recusa em ser como o branco e buscar apoio nos “seus” rompe com uma lógica que se forçou violentamente como hegemônica. Não se trata de identificar-se ao branco, pois aí teríamos a reprodução da violência, mas de reconhecer-se do lugar de onde se vem e não abrir mão disso. “Estou fazendo para eles (o mais branco possível), não quero ser como eles são”.

A vivência desses extremos emerge como “dualidade da vivência de um lugar que é tão poderoso mas tão alienante quase que na mesma medida. Mas eu não sei, tento procurar alternativas que sejam menos angustiantes”. Testemunhamos a construção de artifícios que em meio à disparidade, ao não pertencimento e à subordinação intelectual, podem ali, denunciados, perder sua força simbólica. A escrita, como meio de expressão e transmissão de um outro lugar, se oferece como meio de firmar-se, de reivindicar espaço de pertença e de diferença para si, já que “escrever é um ato revolucionário” e o autor busca soluções plurais.

A quarta escrevivência, que seguirá na íntegra ao final deste capítulo a título de conclusão, será antecedida por um esforço de compreensão dessas escrevivências e das demais narrativas memorialísticas encontradas nesta obra através de “momentos” ou “atravessamentos” que localizam modos de resposta ao racismo estrutural. Nós nos demos conta de que há um trabalho inventivo, testemunhal e de defesa, por vezes mesmo de resistência, ao racismo institucional que pode orientar as políticas públicas de ensino superior. Elas partem de soluções singulares que podemos tomar como paradigmáticas de modos de pertencer e permanecer na universidade. Assim, no próximo e último tópico, vamos trazer essas categorias analíticas oriundas do trabalho coletivo de construção de vias que favoreçam a permanência com qualidade de pessoas negras no ensino superior.

### 3.7 As categorias analíticas

Gostaríamos, agora, de transversalizar as experiências e apresentar as distintas estratégias de construção e defesa face ao racismo institucional. Elas configuram momentos, passagens e não podem ser tomadas como modos de fixação ou redução da complexa trama subjetiva que engloba o racismo à brasileira (Munanga, 2017) e seus efeitos. O racismo estrutural (Almeida, 2019), o racismo recreativo (Moreira, 2019) e a dimensão afetiva do racismo (Sodré, 2023) incidem de modo absolutamente singular para cada sujeito. Assim, nosso esforço antirracista nesta investigação, na luta contra toda forma de opressão que adoece, é a de extrair elementos que possam colaborar, interracial e institucionalmente, com seu combate no cotidiano institucional. Acreditamos que os elementos aqui decantados possam vir a colaborar com as ações afirmativas no ensino superior brasileiro, na medida em que permitem localizar temporalidades lógicas de modos de presença face às escrevivências do racismo. Elas não são uma gradação nem possuem uma univocidade. E, mesmo sendo vividas de modo único, acreditamos que ensinam a vários. Marcam modos de resposta. Transmitem modos de

enfrentamento. De modo sintético, podemos abaixo reuni-las, ainda que sejam necessários novos estudos e desdobramentos teóricos para sua apreensão mais elaborada.

1. Mortificação melancólica do não ser
2. Entificação do corpo e da cor
3. Alerta permanente
4. Hesitação
5. Denegação suportável
6. Revolta produtiva
7. Retorno às origens
8. Afirmação política/identitária

1) Mortificação melancólica do não ser – Aqui, o sujeito negro encontra-se subsumido ao império dos semblantes da branquitude, com seu desenho universalista e sua imposição hegemônica, discursivamente tecidos pelo pacto narcísico branco para manutenção neoliberal de um regime de gozo. A invenção da raça e do negro como inumano é fonte identificatória deletéria que nega a existência do ser da pessoa negra (Fanon, 2020). Seu contraponto é a crença da pessoa branca na sua suposta universalidade e superioridade. A alienação ao ideal de eu constituído por seus significantes-mestres da branquitude (Seshadri-Crooks, 2012) mortifica o sujeito numa posição melancólica de identificação ao resto, ao objeto perdido da própria humanidade (Cheng, 2000).

Entendemos que a mortificação melancólica do não ser é parte do regime necropolítico e negrogovernamental enquanto estratégia política de melancolização, sustentada no racismo e no estado de exceção permanente no nível da soberania política. O luto normal implica em um trabalho de separação libidinal do objeto que se perde, sendo pouco a pouco recuperado o investimento em novos objetos do mundo. Porém, na melancolia, o eu se identifica ao objeto perdido e não realiza esse trabalho de reinvestimento. Ao contrário, o eu passa a seu superinvestimento pela culpa face à perda. Há um empobrecimento do eu, um rebaixamento da auto-estima e autoacusações, através de uma instância crítica inconscientemente assim constituída. O afeto ganha a forma de dor moral e o eu expõe, permanentemente, seu próprio fracasso (Freud, 1915).

Diante desse Eu, o Outro se reestabelece como o Outro indiciador, acusador. O efeito subjetivo da melancolia é a paralisia, o silêncio, a subordinação do sujeito-abjeto. A agressividade internalizada e revertida contra o Eu é uma violência não apenas domesticada, mas gerida de forma a transformá-la de ameaça em cúmplice do governo social [...] No entanto, não sustentamos que

a melancolização negrogovernamental produza a desativação de toda forma de resistência. Nenhum aparato governamental realiza a pretensão de um governo total, pois há sempre algo que resta ingovernável (Franco, 2019).

2) Entificação do corpo e da cor – O signo da negritude ganha discursivamente significados historicamente atrelados ao corpo negro, numa tentativa de subalternizá-lo como operação político-ideológica fundamental para a manutenção de uma ordem simbólica, econômica, hierárquica e societária capitalista neocolonial. O eurocentrismo (Amir, 2021) é sua ideologia e a branquitude seu significante-mestre (Seshadri-Crooks, 2012). Ao corpo branco são atrelados significados estruturais universalistas que, na qualidade de semblantes, fundam mitos e ficções articuladas à racionalidade, emancipação, contenção, pureza. Enquanto ao corpo negro, como contraponto ficcional, aparecem as qualidades de impureza, selvageria, hipersexualização. Colar-se a esses signos como identitários fragiliza a convivência com a diferença e com os modos singulares de pertencer, arregimentando afetos políticos (Cárdenas, 2023; Safatle, 2016).

A hipótese que queremos sustentar é que o corpo tem um destaque especial como mediador da colonização, por isso a insígnia é um operador interessante para pensar no retorno, na via do corpo, daquilo ele carrega como emblema e que sugere algo antecipado sobre seu portador. Vemos nisso, o cabelo, a pele, o nariz, as gírias e a roupa, por exemplo, no caso de homens e mulheres negras. Insígnias que geram uma resposta quase automática no outro, seja de repúdio, fetichização, evitação, violência policial etc., engendrando um modo de gozo. Isso, às vezes, para o autor da violência racista, que pode ser o mesmo sujeito que deprecia algo de seu próprio corpo, não tem uma significação ou explicação plausível. [...] a resistência se serve dos mesmos mecanismos para se sustentar (Cárdenas, 2023).

A condição social da diferença racial no racismo estrutural, marcado pela herança colonial, suas feridas abertas e suas cicatrizes (Guerra et al, 2023), impõe uma normatividade discursiva da hegemonia branca que invisibiliza sua violência, naturalizada como discurso e prática. As relações se passam, no racismo à brasileira, como se fôssemos cordiais com a diferença, inserida no mito da democracia racial como inexistente. Entretanto, o racismo se realiza no cotidiano institucional (Kilomba, 2019) por olhares, frases, afetos e cenas recorrentes de suspeita contra a pessoa negra, construída discursivamente como inimiga (Guerra, 2020).

Entendemos o racismo, com a psicanálise, como defesa face ao gozo do corpo do sujeito racista que, projetado como dimensão “infamiliar” sobre figuras discursivamente constituídas como inimigas, trata o mal estar colonial, ao mesmo tempo, de um modo íntimo e público. Esse arranjo, portanto, é reforçado no circuito entre sujeito e outro no laço social, constituindo uma auto-legitimação do gozo e do discurso racista, ao mesmo tempo, no nível da satisfação

pulsional e dos arranjos de linguagem. Há uma configuração especular, imaginária e identificatória das pessoas brancas, que exclui as pessoas negras do circuito.

Como elas se articulam inconscientemente nessa espécie de circuito do desmentido que nega e fetichiza o corpo negro (Guerra, 2020), elas mobilizam o sujeito negro e o sujeito branco de modos distintos. Do lado da pessoa branca, esse arranjo assegura imaginariamente a ilusão de que seu corpo não tem cor, mas, ao contrário, é o índice simbólico da própria qualidade de ser humana, numa falsa hierarquia imagética em que ela se crê superior e modelo de humanidade. Assim, ela se defende do real de seu próprio gozo e da falibilidade de sua própria condição. A pessoa de cor branca cria uma ilusão de totalidade narcísica no nível do eu que evita a angústia e trata identitária e imaginariamente o mal estar advindo de seu corpo, seus limites, suas impotências, projetando seu pior em figuras externas que, no laço social, ganham configurações deletérias. Afinal, o que explicaria o fato de uma senhora esconder sua bolsa quando vê um jovem estudante negro cruzando a rua em sua direção?

A situação se complexifica na medida em que simbólica e materialmente há uma ressonância dessa crença individual no tecido discursivo, na medida em que, dos cargos e salários desigualmente distribuídos por raça e gênero, à produção científica ocidentalizada pelo Norte Global e centralizada em homens brancos europeus (Cusicanqui, 2021), até a mídia imagética e cultural eminentemente assentada em imagens de superioridade e representatividade brancas (Bento, 2022), o real da cor parece eliminado. Mas não o é. O racismo endêmico no cotidiano e nas relações interpessoais (Sodré, 2023) permanece como exercício opressivo, sutil ou brutal, nos atos de apagamento, subalternização e tentativa de eliminação da evidência da diferença racial. Assim, o que não corresponde à Humanidade Branca, assim querendo se sedimentar como universalidade e ao que ela pretende assegurar de privilégios, igualmente simbólicos e materiais, não será humano ou será menos humano. Todo corpo que resta fora do circuito especular, assim retroalimentado, torna-se signo de menos-valor.

Na perspectiva da pessoa negra, a imagem do eu, disjunta do corpo de gozo, quando referida ou aprisionada por estes semblantes de universalidade branca, experimenta uma espécie de divisão subjetiva que provoca reações distintas no esquema corporal racial que lhe subjaz (Fanon, 2020), seja através de um estado de alerta permanente, de uma hesitação paralisante ou ainda pela via da denegação ou, até mesmo, da descrença, da dúvida acerca da realidade da própria vivência. São estratégias que visam tornar a violência implícita do racismo menos devastadora. Seriam reações de defesa? Por outro lado, a enunciação ou representação de si, disjuntas desses semblantes sustentados pelos significantes da branquitude, evocam uma

dialética afirmativa (Badiou, 2013) através da qual uma positividade do corpo de cor negra se escreve fora do regime hegemônico branco imposto como universal. Ela pode tomar forma através da revolta produtiva, do retorno às origens e da asseveração dos ideais da negritude como respostas afirmativas.

Assim, mesmo que nesta pesquisa nosso foco sejam as soluções encontradas por pessoas negras enquanto modos de composição subjetiva de respostas ao racismo no ensino superior – sujeita que conversa com nossas questões –, é imprescindível que reflitamos sobre o gozo da pessoa branca nesta cena institucional. No ambiente acadêmico, a reprodutibilidade das formas estruturais, do conflito dialético e da asserção ou negação da diferença racial reaparecerão no cotidiano universitário, ganhando especificidades e delineamentos próprios. A experiência de descobrir-se negro ou reconhecer-se num circuito de privilégios brancos são duas delas.

Encontramos na noção psicanalítica de angústia, para a psicanálise, afeto que não engana e que não é sem objeto, um elemento conceitual indispensável para ler essas experiências narradas nas escrituras dos estudantes universitários negros brasileiros. "Lacan reafirma a teoria freudiana de que a angústia, em si, é um afeto e não um sintoma. Evidencia que, enquanto afeto, a angústia conserva-se à deriva, pois nunca é recalcada. E exatamente por isso é tão inquietante, por não estar vinculada à rede de significantes, não sendo, assim, passível de ser representada" (Vasconcelos e Pena, 2019).

O encontro com aquilo que nos anima, atormenta ou amedronta está na base do laço social e do circuito dos afetos como medo (Safatle, 2016). Trata-se de afeto que não conseguimos nem representar nem dominar, mas que ganha, através do discurso, formatos linguísticos próprios à cada estrutura discursiva e cultural. Para Lacan (2005), conforme o quadro abaixo, o sujeito pode se ver levado do ímpeto do ato à imobilização face ao que o atemoriza e ao que não consegue nem nomear nem controlar. Assim, quanto maior a dificuldade, mais o sujeito se angustia e paralisa o movimento que poderia retirá-lo da situação angustiante.

	Dificuldade →		
Movimento ↓	Inibição	Impedimento	Embaraço
	Emoção	Sintoma	Passagem ao Ato
	Efusão	Acting-out	Angústia

Figura 1. Quadro esquemático: inibição, sintoma e angústia (Lacan, 2005, p. 22).

Com base na hipótese de que, face ao gozo do corpo indomesticável que habita cada sujeito, as pessoas de pele branca e as de pele preta reagem de modos distintos por conta do anteparo estrutural da maneira como a branquitude se forja como significante-mestre e cria a cena racista como perspectiva hegemônica no plano político-econômico. À pessoa de cor branca, nessa estrutura, aparece o ideal de universalidade como recurso. À pessoa de cor negra, na mesma estrutura, emerge a condição de resto, que guarda, ao mesmo tempo, a função de causa. A raça negra é constituída como objeto “a” pelo colonizador (Gonzalez, 2021, p. 92). Enquanto tal, guarda a memória e a história brasileiras e o gozo colonial no passado presente de nosso cotidiano (Cárdenas, 2023).

Portanto, os momentos abaixo reunidos podem ser tomados como elementos que articulam, interracialmente, na perspectiva subjetiva da pessoa negra, atravessamentos ou movimentos de resposta à condição estrutural e estruturante das subjetividades herdeiras de processos de colonização. Seriam modos não exaustivos, mas que se dão como testemunho nas escrevivências. Primeiramente, reuniremos os momentos de paralisia, em que as pessoas negras lançam mão de alguns recursos subjetivos inconscientes como resposta ao racismo estrutural.

3) O alerta permanente – engaja o corpo numa situação de angústia na qual uma espécie de efusão domina pulsionalmente o sujeito que não consegue se desconectar do medo, mantendo-se em alerta num incansável estado de atenção que o exausta. É preciso pensar na roupa, gestos, palavras, silêncios ou palavras que se podem (ou não) serem mobilizadas no cotidiano. O investimento psíquico é grande nas situações de alerta (Freud, 1926).

4) A hesitação paralisante – entre o embaraço e o impedimento, produz uma paralisia do movimento, assim curto-circuitado pelo movimento autoerótico de retroinvestimento no corpo. A energia pulsional, assim, é investida na manutenção do obstáculo ao movimento desejante e construtivo no laço social que se dirigiria a outros objetos, desgastando o sujeito e exigindo investimento e contra investimento permanente para que o corpo se estabilize na inércia. O desgaste psíquico também é grande.

5) A denegação opera no nível da linguagem que domestica a pulsão pelo adestramento simbólico oriundo da operação do recalque. O recalque separa a ideia do afeto, deixando a pulsão livre para se ligar a novas e outras representações, o que adia o prazer (e a dor) instalando um estado suportável (Freud, 1915). O sujeito fica dividido e perde o acesso à experiência racista original, assim recalçada, revivendo-a afetivamente em novas cenas que perdem a conexão simbólica que permitiria situar e nomear o próprio racismo. O recalque e a denegação podem ser acrescidos de outros movimentos simbólicos de proteção e adiamento pelo que chamamos processo secundário ou princípio da realidade, produzindo sintomas inconscientes.

Na via do movimento, podemos agregar lógicas de resistências subjetivas, coletivas e políticas que se afirmam na contramão da lógica necropolítica e negrogovernamental aniquiladora de subjetividades, povos, etnias e raças. Nesse sentido, destacam-se polaridades. Explicamos: ora os movimentos são erigidos contra o modelo hegemônico numa lógica dialética clássica que visa destruí-lo, ora se afirmam fora do sistema, “ao lado” do circuito do poder hegemônico, fundando novas lógicas de solidariedade não afeitas nem incluídas no modelo do “neossujeito” colonizado pelo neoliberalismo capitalista (Dardot e Laval, 2017), no qual a performance e o sucesso individual são guias.

Badiou (2013) chama de dialética afirmativa aquela na qual, desde fora do sistema, um novo acontecimento se constitui em uma afirmação inédita que o modifica, exigindo sua inclusão transformadora primeiro, para, apenas num depois, negá-lo. Aqui, destacamos três dessas lógicas, lembrando que esses movimentos não são exaustivos e nem esgotam os modos de invenção de outros movimentos de existência e resistência face ao racismo estrutural.

6) Revolta produtiva – Toda dimensão pulsional (energia psíquica) livre de representações se acumula como reserva autoerótica reinvestida no próprio corpo. Quando essa reserva se dirige a um objeto no mundo, ela ganha nova vinculação e pode emergir de modo destrutivo, em atos desconectados do laço social como nas passagens ao ato. Podem também, por outro lado, tomar a forma de enlaçamento com novos objetos e vincular-se, pela linguagem e pelo discurso, a tramas simbólicas inéditas. Entendemos que a revolta produtiva marca um desenredamento com a trama simbólica do discurso hegemônico, denunciando e inventando novos modos de ser, avessos ao colonialismo e ao racismo.

7) Retorno às origens – Na linha das resistências dialéticas afirmativas, verificamos que o retorno às origens e a valorização das tradições ancestrais africanistas pode funcionar como âncora de modos de existência contra ou não hegemonicamente assentados no Ideal de Eu alimentado pelos significantes da branquitude. Aqui a família, a religião, os espaços coletivos, a arquitetura própria da negritude desenham circuitos de satisfação e investimento libidinais que animam o corpo fora da mortificação engendrada pelo discurso ideológico hegemônico branco.

8) Afirmação identitária – Também na linha das resistências dialéticas afirmativas, a afirmação da estética, da cultura, da lógica, da epistemologia e da cosmologia oriundas dos movimentos dialéticos da negritude, afro centradas e aquilombadas em torno de significantes, signos e símbolos da cultura, produzem um efeito simbólico de instituição da pluralidade de modos de ser, de pertencer, de cuidar e ser cuidado, de se manifestar e se presentificar na cena

pública. Dessa maneira, evidenciam estéticas plurais de mundos que alocam a branquitude como mais uma estética particular, que não faz universal.

Obviamente, cada um desses pontos de enunciação são singulares e precisam ser destrinchados, para serem transformados em recursos de intervenção contra o racismo institucional, em seus veios pulsionais, em sua escrita como letra de gozo, bem como em sua captação significativa no vertedouro do discurso, do laço social como estrutura sem palavras. Aqui lançamos a tese de que os movimentos subjetivos e discursivos, bem como as temporalidades lógicas de assunção subjetiva do desejo e de sua presentificação no mundo material, são muito mais complexos do que se poderia supor ao serem reunidos, de maneira leviana e reducionista, sob a ideia do "identitarismo". Há que se desdobrar suas múltiplas camadas e planos, as cores dos corpos implicados em relação nessa trama, bem como sua intencionalidade política estruturante.

Foi nesse sentido que optamos por manter na íntegra a escrevivência abaixo. Sua leitura, que emociona, nos confrontou com o impossível de classificar, explicar e nomear do racismo estrutural e seus efeitos na subjetividade do estudante negro no ensino superior. Por isso, optamos por fazer dela nossa conclusão: começo, fim e começo (SANTOS et. al, 2022), numa lógica circular de outra estética de mundo possível na qual apostamos.

### 3.8 Para concluir

#### *Escrevivência*

Sentir-se só, mesmo cercada de pessoas  
 Esconder o peso das lágrimas,  
 Estas lágrimas ferrenhamente guardadas.  
 Saber depender só de si,  
 Coisas que só quem anseia por afeto,  
 Sabendo com ele não contentar  
 Me pergunto, caso um dia isso passe  
 Será que poderia ser eu?  
 Será que esse eu, seria amado?  
 Não poderia.  
 Algo como eu, em meu estado crônico de solidão  
 Não encontra salvação  
 Até por que, me pergunto como cercada de gente  
 Fico sufocada numa incapacitação ardente.  
 Dentro já não há restos,  
 O que antes se encontrava amarrado (se é que estava)  
 Hoje nenhum material pode ser encontrado.  
 Vivo num estado de não ser  
 Ou de ser sem sua plena completude;  
 Fragmentos de outridade.

Com os meus me sinto bem  
 Mas estrangeira também,  
 Entre os brancos, encontro outras identificações  
 Mas ainda há demarcações;  
 Me encontro em flutuações  
 Entre o dever ser, e o que sou mas devo suprimir  
 Embora o ser seja na verdade diversos seres  
 Sinto que a autenticidade me foi negada, devo militar ou apenas  
 descansar?  
 Tudo o que eu faço é friamente calculado, embora no fim do dia,  
 Abraçar minha humanidade  
 É aceitar que na verdade  
 Esses fragmentos de identidade  
 Fazem parte de quem eu sou,  
 Permitir e sentir o afeto e aceitar  
 Aceitar meu olhar  
 e o de quem me vê de fora  
 Sou mulher, preta, apaixonada pela arte,  
 Arte preta, branca e de outras formas que se manifestam no mundo.  
 Arte que assim como eu, exprime várias formas polimorfos de ser.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

AMIN, Samir. O eurocentrismo: crítica de uma ideologia. Tradução Ana Barradas e Gabriel Landi Fazzio. 1 ed. São, Paulo: LavraPalavra, 2021

ARAÚJO, Taís. Saber, escrita e emancipação: a trajetória de Jacques Rancière. 2021. Tese (Doutorado em Cultura, Filosofia e História da Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.48.2021.tde-13012022-095803. Acesso em: 15 de jun de 2021.

BADIOU, Alain. Affirmative dialectics: from Logic to anthropology. In: The International Journal of Badiou Studies, 2(1), 1-13, 2013.

BENTO, C. O pacto da branquitude. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das letras, 2022.  
 SANTOS, Antônio Bispo dos; RODRIGUES, Maria Sueli; RUFINO, Luiz; MUNBUCA, Ana. Quatro cantos. 1 ed. N-1 Edições, 2022.

CARDENAS, Omar David Moreno. A colonização e seus restos: Transmissão, Linguagem e Olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2023. (Tese de doutorado).

CHENG, Anne Anlin. The melancholy of race: Psychoanalysis, assimilation, and hidden grief. Oxford University Press, 2000.

Sílvia Rivera Cusicanqui, Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores. São Paulo, N-1 edições, 2021

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. Boitempo editorial, 2017.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: Escrivivência : a escrita de nós- reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Org. Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes. 1. ed.- Rio de Janeiro : Mina Comunicação e Arte, 2020.

FANON, Frantz. Pele negras, máscaras brancas (1952). São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FRANCO, Fábio Luis. Necropolítica, Negrogovernamentalidade e Melancolia. Aller Editora, 15 out. 2019. Disponível em: <https://www.allereditora.com.br/artigo-necropolitica-necrogovernamentalidade-e-melancolia/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

FREUD, Sigmund. (1915). A repressão, In: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos [1914-1916]. (P. C. Souza, Trad). São Paulo: Cia. das Letras, 2010. p. 61-73. (Obras completas, 12).

\_\_\_\_\_. (1917). Luto e Melancolia. In: Introdução ao narcisismo ensaios de metapsicologia e outros textos [1914-1916]. (P. C. Souza, Trad). São Paulo: Cia. das Letras, 2010. p. 61-73. (Obras completas, 12).

\_\_\_\_\_. (1926). Inibição, sintoma e angústia, In: Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos [1926-1929]. (P. C. Souza, Trad). São Paulo: Cia. das Letras, 2010. p. 9-98. (Obras completas, 17).

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUERRA, Andréa Máris Campos. O Papel da Psicanálise na Desconstrução do Racismo à Brasileira. Revista Subjetividades, [S. l.], v. 20, n. Esp2, p. Publicado online: 28/11/2020, 2020. DOI: 10.5020/23590777.rs.v20iEsp2.e9547. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/e9547>. Acesso em: 27 jun. 2023.

\_\_\_\_\_. Sujeito suposto suspeito: a transferência no Sul Global. 1ª Edição. Belo Horizonte: N-1 Edições, 2022.

\_\_\_\_\_.; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; BISPO, Fábio Santos; SIQUEIRA, Fídias Gomes. Cicatrizes da escravização (e-book). Vitória, ES: Edufes Editora, 2023. ISBN: 978-85-7772-522-9 Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/774>

KILOMBA, Grada (1968). Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACAN, Jacques (1962-1963). O seminário, livro 10: A angústia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. O método da cena em Jacques Rancière: dissenso, desierarquização e desarranjo. Galáxia (São Paulo), v. 47, pp.1-21, 2022.

MILLER, Jacques-Alain. Problemas de pareja: cinco modelos. In: La pareja e el amor. Buenos Aires: Editora, 2003a. (Conversación Clínica con Jacques-Alain Miller em Barcelona).

MIRANDA, Margarete Parreira; Santiago, Ana Lydia. (2010) As conversações e a psicanálise aplicada à educação: um estudo do mal-estar do professor e o aluno considerado problema. In: O declínio dos saberes e o mercado do gozo, 8 ed., 2010. São Paulo: Colóquio LEPSI IP/FE-USP, 2011.

MOREIRA, Adilson. Racismo recreativo. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: N. M. Kon M. L. Silva, & C. C. Abud (Orgs.), O racismo e o negro no Brasil: Questões para a psicanálise (pp. 33-44). São Paulo: Perspectiva, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. La méthode de l'egalite: entretien avec Laurent Jeanpierre et Dork Zabunyan. Paris: Bayard, 2012.

\_\_\_\_\_. O desmedido momento. Serrote, n. 28, p. 77-97, 2018.

\_\_\_\_\_. Le travail des images Conversations avec Andrea Soto Calderón. Dijon: Les Presses du Réel, 2019.

SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntico, 2016.

SESHADRI-CROOKS, Kalpana. Desiring whiteness: a lacanian analysis of race. Londres: Routledge Press, 2022.

SODRÉ, Muniz. O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.

VASCONCELOS, Ana Carolina Peck; PENA, Breno Ferreira. Angústia: o afeto que não engana. Reverso, Belo Horizonte, v. 41, n. 78, p. 27-33, dez. 2019. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-73952019000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952019000200003&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 27 jun. 2023

## 4 CONCLUSÃO

A entrada de uma pessoa preta em uma universidade é permeada por uma diversidade de conflitos psíquicos, sociais e materiais, especialmente se esta pessoa vier de uma classe social mais baixa. O gênero também é um marcador importante, afinal, reflexo da sociedade, a universidade, geralmente, é patriarcal e machista. O sistema não prepara pessoas pretas e pobres para ingressarem em um curso superior. A luta pela sobrevivência, na qual impera a busca por alimentação, moradia e saúde, no geral, não deixa sobrar muito tempo para os estudos que vão além do ensino básico. Mesmo com as cotas, ainda estamos longe de ter uma maioria de jovens negros cursando as graduações e/ou com um diploma universitário no currículo. É preciso, então, questionar como estudantes negros podem ocupar a academia de forma legítima, aproveitando o que ela tem de melhor a oferecer, sem negar a si e as suas próprias origens e, não menos importante, sem adoecer.

Estar em alguns lugares e/ou viver determinadas situações é ver o trauma do racismo ser revivido. E a entrada na universidade reedita a violência racial experienciada nos primeiros anos da vida escolar. (Silva, 2023) Esses anos, para negros e negras, tanto no ensino fundamental quanto no médio, costumam ser repletos de episódios de discriminação, desde os mais velados aos mais explícitos. É raro encontrar uma pessoa preta que não tenha uma história de racismo dessa época. Por mais que o acontecimento não tenha sido vivido como racismo na consciência, o mal-estar estava lá, presente no corpo. E é esse algo, maior do que um simples desconforto, que retorna quando os, ainda candidatos a ocupar a universidade frequentam os cursinhos pré-vestibulares e, posteriormente, entram na academia.

Além de eles próprios serem a minoria como alunos, não deixam de perceber que o corpo docente também padece do mesmo mal. A ausência de professores pretos não deixa de ser sentida como um mal-estar, mas, mais do que isso, ela causa estranheza. Ademais, a universidade não prepara os profissionais nela atuantes para lidarem com as demandas advindas dos alunos cotistas. O, já referido, mito da democracia racial permite que se instaure na sociedade uma recusa em reconhecer a realidade traumatizante que é resultado da colonização e do processo de escravização sofridos pelos afrodescendentes.

Não são raros os casos de pessoas pretas que se reconheceram como tal apenas ao adentrar à faculdade. Entretanto, este é um fator que atinge mais as mulheres do que aos homens, pois, para eles, o sistema aponta sua marginalização, de várias formas, a partir da mais tenra idade, como nas abordagens hostis de policiais desde a infância/adolescência. Porém, este reconhecimento da negritude não significa (apenas) perceber a cor de sua pele, é antes de tudo,

uma constatação do que representa ser uma pessoa preta no Brasil. Na maioria das vezes, os alunos saem de um contexto de pobreza e privação que, antes, era apreendido como normal, e veem o outro lado da moeda: o de que existem outras realidades, mas elas não foram feitas para serem vividas por afrodescendentes. Assim, entender a divisão social e as desigualdades oriundas do fato de que um grupo é altamente privilegiado apenas por ter nascido com o tom de pele mais claro é o que convencionou-se chamar de “consciência racial”. E o que fazer diante disso?

Perante essa constatação, alguns caminhos se tornam possíveis. Um deles é o de se abster do envolvimento com a temática, fazer a graduação passando, em certa medida, “despercebido” aos olhos da universidade, focando apenas em sair de lá com o diploma nas mãos. Com esta escolha, evita-se conflitos, desgastes emocionais e um enfrentamento direto e diário com as diversas formas com as quais o racismo se manifesta. Acredito que, aqui, seja importante ressaltar que lançar mão dessa opção é também um ato antirracista. Afinal, pessoas pretas, independentemente das suas posições na esfera social, não são, e nem devem ser, forçadas a falar das questões raciais e suas implicações na sociedade. Somos muito mais do que a cor de nossa pele.

Outro caminho possível é abraçar a causa com todos os seus espinhos, como se abraçaria um ouriço. Participar de grupos que abordem o tema da negritude, fazer trabalhos sobre esse assunto, levantar o debate em sala de aula, se instrumentalizar intelectualmente, buscando referências que apoiam a causa, dentre outros. Porém, escolher a via de enfrentar as agruras sofridas é também assumir o risco de adoecimento, pois como a luta é grande e está longe de acabar, se não há uma mediação e um trabalho psíquico intenso, assume-se uma posição de estar sempre pronto para a batalha, sem direito a descanso.

Durante a pesquisa, já no primeiro dia das conversações, percebemos que estávamos diante de um grupo que sabia o que estava fazendo ali. Todos os participantes tinham consciência racial e reconheciam a importância do debate. Suas colocações eram elaboradas e suas reflexões apontavam para um determinado aprofundamento das questões. Para eles, estar naquele grupo era uma oportunidade de falar sobre um tema que os angustiava e do qual pouco ou nada poderiam dizer em sala de aula ou em outro espaço que não fosse entre os seus pares. Os participantes, ao tomarem a palavra, logo foram dizendo das dificuldades encontradas no período do pré-vestibular e da efetiva entrada na universidade.

O que a investigação mostrou foi que, ao contrário do que argumentavam os que eram contra as cotas raciais, o que se tem hoje, são vozes negras que começam a sussurrar dentro desse universo que até bem pouco tempo na história brasileira era dominado por brancos. A

presença dessas vozes gera incômodos, ódio cordial e mal-estar. Mas também abre caminhos, ainda que estreitos, para o surgimento do debate, seja ele dentro ou fora das salas de aulas, com professores ou com a comunidade acadêmica no geral.

Sabemos que os colonizadores não escravizaram negros e negras somente por causa da sua força física e suas habilidades para os trabalhos domésticos. Dentre os milhares de corpos flagelados nos porões dos navios negreiros havia mentes brilhantes. Não pessoas preguiçosas que ficavam vendo o tempo passar sentadas às portas de suas casas, como os brancos se fizeram acreditar, mas, sim, intelectuais que ajudaram a construir civilizações inteiras. Assim sendo, não somos herdeiros apenas das dores da escravização, podemos falar, estudar e pesquisar sobre qualquer assunto. E é por serem conscientes desse fato, que os estudantes repetiram com frequência durante as conversações frases como: “falar sobre o racismo cansa!”. Apesar de saber da importância do debate, eles são unânimes em reconhecer o seu direito de escolha, pois também sabem o quanto estar em constante debate pode causar adoecimento.

Acreditamos que o caminho para a emancipação passa, sim, pela união, pelo coletivo, haja vista os avanços conquistados pelas diversas frentes militantes que surgiram ao longo dos anos no país. Contudo, como nos transmite a teoria psicanalítica, em termos psíquicos, o sujeito é o único capaz de emancipar a si mesmo, se libertando dos grilhões impostos socialmente e, muitas vezes, por ele mesmo. Para não adoecer é preciso se reconhecer, saber dos seus limites, escutar sua própria voz, e decidir, dessa forma, quando falar e quando silenciar.